Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

Fruticultura e desenvolvimento urbano do município de Louveira (SP)

Isabel Cristina Fialho Harder

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em
Agronomia. Área de concentração: Fitotecnia

Piracicaba
2007

**Isabel Cristina Fialho Harder
Engenheiro Agrônomo**

Fruticultura e desenvolvimento urbano do município de Louveira (SP)

Orientador:
Prof. Dr. **JOÃO ALEXIO SCARPARE FILHO**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em
Agronomia. Área de concentração: Fitotecnia

**Piracicaba
2007**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP

Harder, Isabel Cristina Fialho

Fruticultura e desenvolvimento urbano do município de Louveira (SP) /
Isabel Cristina Fialho Harder. - - Piracicaba, 2007.
133 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2007.
Bibliografia.

1. Fruticultura 2. Planejamento territorial urbano 3. Sistema de
Informação Geográfica I. Título

CDD 634

À minha mãe, Engenheira Agrônoma Nilva de Oliveira Fialho (in memoriam) e ao meu filho Luís Guilherme (in memoriam), com muito amor e saudades.

Ao meu filho Luís Henrique e meu marido Georges por terem me dado amor e forças para continuar minha jornada.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter iluminado e fortalecido o meu caminho, me erguendo a cada queda e guiando meus passos na direção certa, auxiliando-me a galgar mais um degrau na busca do aprimoramento científico e pessoal.

Ao Prof. Dr. João Alexio Scarpate Filho, pela atenção, interesse, confiança, amizade e orientação segura no decorrer deste trabalho.

À Universidade de São Paulo, através do Departamento de Produção Vegetal da ESALQ, pela oportunidade da realização deste aprimoramento.

Aos professores do Departamento de Produção Vegetal, que contribuíram para minha formação e aprimoramento nos caminhos da Agronomia, ao longo de todos esses anos de convívio.

A todos os colegas e funcionários do curso de pós-graduação em Fitotecnia, pela amizade e companheirismo, os quais tornaram mais agradável esta empreitada.

À banca do exame de qualificação, Prof. Dr. Ângelo Pedro Jacomino, Prof. Dr. Francisco de Assis A. Mourão Filho e Prof. Dr. Valdemar Antonio Demétrio, pelas valiosas contribuições.

Aos amigos Dr. Armando Reis Tavares, Dr. Fernanda Reiko Passerotti Calhau, Engenheiro Agrícola Maurício Nobre dos Santos Calhau, Me. Adriana Inês Napias Rossetti, Me. Beatriz Valadão de Barros Bandeira e Me. Roselaine Faraldo Myr Sekiya, pela amizade e confiança, contribuindo com valiosas sugestões.

Ao Chefe da Casa da Agricultura de Louveira, Escritório de Desenvolvimento Rural de Campinas, Engenheiro Agrônomo Luis Carlos Mollo Alarcon, pela amizade, presteza e valiosa contribuição nas informações concedidas.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Louveira, pela grande ajuda na coleta dos dados e pela oportunidade de me tornar um pouco mais louveirense.

Aos Pesquisadores Dr. Ivan José Antunes Ribeiro, Dr. Nilberto Bernardo Soares e Dr. Celso Valdevino Pommer pelo apoio, confiança e incentivo.

Às funcionárias das bibliotecas do IAC, UNICAMP e IEA pela atenção e colaboração durante todo o trabalho.

Ao Pesquisador Dr. Jener Fernando Leite de Moraes, e toda a sua equipe, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Solos e Recursos Ambientais, por todos os ensinamentos e préstimos.

À Maria do Socorro Uliani, professora de português-lingüística pela revisão criteriosa dos textos e pela nova amizade.

Aos colegas do Centro de Fruticultura - IAC, pelo companheirismo e a oportunidade de novos trabalhos.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE TABELAS.....	11
RESUMO.....	12
ABSTRACT.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 DESENVOLVIMENTO.....	16
2.1 Revisão Bibliográfica.....	16
2.1.1 O desenvolvimento das atividades agrícolas no Estado de São Paulo.....	16
2.1.2 A economia cafeeira	16
2.1.3 As imigrações européias.....	18
2.1.4 O desenvolvimento da produção agrícola da região de Campinas.....	19
2.1.5 A fruticultura.....	21
2.1.5.1 A fruticultura quanto ao clima.....	21
2.1.5.2 A fruticultura tropical.....	22
2.1.5.3 A fruticultura temperada.....	23
2.1.5.4 A fruticultura subtropical.....	23
2.1.6 A trajetória da fruticultura.....	23
2.1.7 A fruticultura no Brasil.....	24
2.1.8 A fruticultura no Estado de São Paulo.....	28
2.1.9 A viticultura brasileira.....	28
2.1.10 A viticultura no Estado de São Paulo.....	31
2.1.11 A macro região de Jundiaí.....	33

2.1.11.1	Análise histórica do desenvolvimento.....	33
2.1.12	Circuito das frutas.....	36
2.1.13	O município de Louveira.....	39
2.1.13.1	A fruticultura local.....	41
2.1.14	Técnicas de geoprocessamento.....	43
2.1.14.1	Diagnóstico ambiental.....	44
2.1.15	Urbanização.....	45
2.2	Material e Métodos.....	47
2.2.1	Caracterização do local.....	47
2.2.1.1	Dados físicos.....	47
2.2.1.2	Dados antrópicos.....	49
2.2.2	Dados da fruticultura.....	49
2.2.3	Coleta de dados.....	49
2.2.4	Crescimento populacional e urbanização.....	50
2.2.5	Índice de urbanização do município de Louveira.....	51
2.2.6	Evolução do valor da terra.....	51
2.2.7	Levantamento de uso e ocupação das terras.....	51
2.2.7.1	Classes de uso e ocupação de terras.....	52
2.3	Resultados e Discussões.....	54
2.3.1	Crescimento populacional e urbanização.....	54
2.3.2	Índice de urbanização do município de Louveira.....	56
2.3.3	Evolução do valor da terra.....	57
2.3.4	Distribuição das zonas de ocupação no município.....	59
2.3.5	Uso e ocupação das terras.....	61
2.3.5.1	Campo sujo.....	63

2.3.5.2	Desenvolvimento urbano.....	65
2.3.5.3	Mata.....	68
2.3.5.4	A agricultura do município.....	70
2.3.5.5	A fruticultura do município.....	72
2.3.5.5.1	A cultura do caqui.....	75
2.3.5.5.2	Outras frutíferas.....	77
2.3.5.5.3	A cultura do pêssego.....	79
2.3.5.5.4	A cultura da uva.....	81
2.3.5.6	Dinâmica das classes de uso e da terra do município.....	82
3	CONCLUSÕES.....	85
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS.....	87
	ANEXOS.....	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do estado de São Paulo com a distribuição das áreas vitícolas antigas – 1949.....	32
Figura 2 - Polígono da viticultura no Estado de São Paulo.....	37
Figura 3 - Mapa do município de Louveira (SP) com os municípios limítrofes e a demarcação das vias de acesso.....	48
Figura 4 - Evolução do crescimento populacional do município de Louveira (SP), expresso em porcentagem, no período de 1970 a 2005.....	55
Figura 5 - Variação do grau de urbanização do município de Louveira (SP) no período de 1970 a 2005.....	57
Figura 6 – Evolução do valor venal da terra (em R\$) do município de Louveira (SP) no período de 1995 a 2005.....	58
Figura 7 - Mapa com os perímetros das zonas de uso e a localização de condomínios de médio e alto padrão e loteamentos populares.....	60
Figura 8 - Mapas de uso e ocupação das terras do município de Louveira em 2000 (a) e 2005 (b).....	62
Figura 9 - Mapas de uso e ocupação das terras do município de Louveira, com as áreas demarcadas onde ocorreram as maiores alterações da classe de uso de campo sujo no período entre 2000 (a) e 2005 (b).....	66
Figura 10 - Mapa relativo de uso e ocupação das terras do município de Louveira com as áreas demarcadas onde ocorre o desenvolvimento urbano no período entre 2000 (a) e 2005 (b).....	67
Figura 11 - Mapa relativo de uso e ocupação das terras do município de Louveira com as áreas demarcadas onde ocorreram as principais alterações da classe de uso de mata no período entre 2000 (a) e 2005 (b).....	69
Figura 12 - Evolução da estrutura fundiária dos municípios de Louveira (a) e Vinhedo (b) no período entre 1995 e 2006.....	71
Figura 13 - Evolução da área cultivada do município de Louveira (SP) no período de 1993 a 2004.....	72

- Figura 14 - Mapa de uso e ocupação das terras do município de Louveira em 2000 (a) e 2005 (b), com áreas demarcadas, onde ocorreu maior redução da área cultivada com espécies frutícolas..... 74
- Figura 15 - Mapa relativo de uso e ocupação das terras do município de Louveira mostrando as áreas onde houve alteração da classe de uso de caqui no período entre 2000 (a) e 2005 (b)..... 76
- Figura 16 - Mapa relativo de uso e ocupação das terras do município de Louveira mostrando as áreas onde ocorreu alteração da classe de uso de outras frutíferas no período entre 2000 (a) e 2005 (b)..... 78
- Figura 17 - Mapa relativo de uso e ocupação das terras do município de Louveira mostrando as áreas de redução da classe de uso de pêssago no período entre 2000 (a) e 2005 (b)..... 80
- Figura 18 - Mapas relativos de uso e ocupação das terras do município de Louveira mostrando as áreas onde ocorreram as alterações da classe de uso de uva no período entre 2000 (a) e 2005 (b)..... 83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Espécies frutíferas quanto ao clima.....	22
Tabela 2 - Evolução populacional do município de Louveira (SP) (expressa em mil habitantes), no período de 1970 a 2005.....	55
Tabela 3 - Valor venal médio por m ² e variação percentual de alguns bairros e condomínios do município, entre 1995 a 2003 e 2003 a 2005.....	59
Tabela 4 - Áreas de ocorrência e variação percentual das classes de uso e ocupação das terras entre 2000 e 2005.....	61
Tabela 5 - Variação relativa, em porcentagem, das classes de uso da terra que foram substituídas pela classe de campo sujo, no período de 2000 a 2005.....	64
Tabela 6 - Dinâmica de substituição das classes de uso da terra, com a redução de área por substituição de classe (a) e com o aumento de área por substituição de classe o período de 2000 a 2005 (em hectares).....	84

RESUMO

Fruticultura e desenvolvimento urbano do município de Louveira (SP)

O presente trabalho consistiu em analisar a fruticultura do município de Louveira (SP), para verificar se houve uma real involução da área frutícola. Foram realizados levantamentos documentais e de informações sobre o desenvolvimento urbano municipal; análise de diversas leis municipais; entrevistas em diversos órgãos municipais e estaduais; organizações de dados sobre o município em órgãos governamentais e não-governamentais e; avaliação das variações e transformações ocorridas nas áreas frutícolas do município entre 2000 e 2005, por meio de mosaico ortofotográfico. No levantamento realizado nos períodos de 2000 e 2005 foram analisadas as seguintes classes de uso da terra: campo sujo; caqui; mata; desenvolvimento urbano, corpos d'água; outras frutíferas; pêssego e uva. No levantamento realizado, foram encontradas as seguintes espécies de frutíferas: acerola, ameixa, caqui, goiaba, laranja, lichia, macadâmia, manga, maracujá, pêssego, poncã e uva. As áreas de campo sujo mantiveram-se estáveis quanto a porcentagem de cobertura, sofrendo um aumento de 0,15%. O desenvolvimento urbano do município de Louveira teve um crescimento de 47,33%, ou seja, da área ocupada de 577,33 ha passou para 850,58 ha. As áreas de mata sofreram redução 22,37%. Em 2000 a área total ocupada pela fruticultura era de 604,66 hectares, já em 2005 essa área passou para 306,82 hectares, apresentando uma redução de 46,06% da área cultivada por espécies frutícolas. A cultura de caqui sofreu uma redução de 27,68% sendo, que, 2,42 ha foram suprimidos em prol do desenvolvimento urbano e 0,15 ha foram substituídos por outras culturas frutícolas. A classe responsável pela maior redução foi a área de campo sujo, indicando que houve abandono de área de produção dessa cultura. As áreas que eram cultivadas com a classe outras frutíferas perderam 36,24%, principalmente por abandono dessas áreas, e que cresceu 4,19% de seu total em áreas pertencentes a essa classe. A cultura do pêssego também reduziu em 22,09 ha, que se tornou campo sujo, e o desenvolvimento urbano foi responsável pela redução de 0,98 ha. Em 2000, área plantada de pêssego era de 25,88 ha e em 2005 passou a 6,23 ha. Para a classe de uva, em 2000 a área plantada era de 507,87 ha e em 2005 passou a ser de 257,48 ha, desse total 9,93 ha foram substituídos pelo desenvolvimento urbano; 239,62 foram abandonados.

Palavras-chaves: Fruticultura; Desenvolvimento urbano; Louveira; Sistema de Informação Geográfica

ABSTRACT

Fruit culture and urban development in Louveira (SP) county

This work shows and analyses the fruit culture in Louveira (SP), checking if there was a real involution of the area dedicated to the fruit culture. A survey was made of several laws and documents concerning the urban development; many government and non-government agents were interviewed. An evaluation of the fruit cultivated area was effected, comparing orthophotographic mosaics made in the years of 2000 and 2005. Analyses were concluded observing the following types of land use: caki, peach, grapes and other fruit cultures, as well as urban development, bush areas, dirty fields and water ponds. acerola, plum, caki, guava, orange, lichee, macadamia, mango, passion fruit, ponkan tangerines and grapes were object of observation. Urban development area increased 47.33%, from 577.33 ha in 2000 to 850.58 ha in 2005. Bush areas decreased 22.37%. The fruit producing area had an involution of 46.06%, i.e., 604.66 ha in 2000, against only 306.82 ha in 2005. Caki orchard areas decreased 27.68%, losing 2.42 ha for urban development and 0.15 ha for other fruit cultures. Dirty field areas gained more from the caki culture, indicating an abandonment of the purpose to grow this produce. Other fruit areas lost 36.24%, transformed in an increase of 4.19% of dirty fields. Peach culture lost 22.09 ha, which became dirty fields, while urban development was responsible for a 0.98 ha loss. In 2000, peach orchards occupied 25.88 ha; in 2005, only 6.23 ha. Grapes involution was from 507.87 ha to 257.48 ha during the same time. Urban development absorbed 9.93 ha of this culture, but other 239.62 ha were abandoned.

Keywords: Fruit culture; Urban development; Louveira; Geograph Information System

1 INTRODUÇÃO

A maioria das cidades brasileiras tem apresentado nas últimas décadas crescimento desordenado e ocupação irregular do solo. Tais fatores dificultam a execução de planejamentos adequados que viabilizem uma integração da área construída com a vegetada, sejam estas naturais ou artificiais, provocam significativa queda na qualidade de vida, principalmente nos grandes centros (Bianchi & Graziano, 1992; Detzel, 1992).

Os estudos sobre as aglomerações urbanas no Brasil têm demonstrado uma tendência de migração de grandes contingentes populacionais dos municípios de maior porte, para as cidades pequenas e médias limítrofes, em busca de melhores condições de vida, dado ao esgotamento de possibilidades de acesso à moradia, serviços públicos, entre outros. Nesses processos, verifica-se uma incapacidade freqüente dos municípios menores absorver tal crescimento populacional em razão da insuficiência de recursos para atender às demandas decorrentes.

Embora desvinculada da Região Metropolitana de Campinas (RMC), Louveira, por sua vizinhança imediata, recebe alguns reflexos e influências das dinâmicas dessa metrópole. Um deles é o surgimento de vários empreendimentos habitacionais de alto-padrão, normalmente estruturados sob a forma de condomínios e situados em locais afastados da aglomeração urbana principal.

A agricultura de Louveira (SP) baseia-se em pequenas e médias propriedades, quase sempre familiares, havendo pouca difusão de práticas associativas entre os produtores. Isso os torna mais vulneráveis não apenas diante dos riscos inerentes à própria atividade agrícola, como também ao longo das etapas de comercialização (Louveira, 2006).

A formação do município de Louveira está intimamente ligada à atividade agrícola, e o município integra o chamado circuito das frutas. Mesmo atualmente, uma parte significativa do território municipal tem uso rural, embora sofra forte pressão decorrente do avanço da urbanização, seja para a implantação de loteamentos, seja para a instalação de empreendimentos industriais e de serviços (Louveira, 2006).

A agricultura no município paulista de Louveira é de grande importância, tanto no aspecto econômico, como no social, empregando 1.630 trabalhadores. A área agrícola está diminuindo em virtude da especulação imobiliária, incentivada pela vinda, para a região de parques temáticos e leis municipais, criando áreas de expansão urbana. Dos 5.400 ha, 3.335,4 ha são destinados à área rural, com um total de 394 propriedades rurais, segundo a Casa da Agricultura de Louveira (Explorevale, 2007; Abdo & Redondo, 2004).

Conforme a Lei Orgânica do Município (2004) capítulo VI, artigos 254 e 255, o Município adotará programas de desenvolvimento rural sustentável, destinados a fomentar a produção agropecuária, organizar o abastecimento, alimentar e promover o bem-estar e a fixação do homem no campo, promover o incentivo e a implantação de técnicas que possibilitem melhor aproveitamento agropecuário, além de agregar valor à produção e adotar uma política adequada ao escoamento da produção.

Nos últimos dez anos, o município vem sofrendo alteração no desenvolvimento urbano, causada, principalmente, pelo aumento da sua população, composta hoje, em grande parte, por indivíduos vindos de São Paulo, que, a princípio, possuíam casas para lazer e que hoje passaram a residir na cidade.

Com embasamento nessas reflexões, o presente trabalho consiste em analisar a fruticultura do município de Louveira (SP), para verificar se houve uma real involução da área frutícola.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Revisão Bibliográfica

2.1.1 O desenvolvimento das atividades agrícolas no Estado de São Paulo

Com base em uma pesquisa sobre a história da colonização de São Paulo, situamos nossa revisão histórica do início do século XIX até o final do século XX. Pode-se observar que as dinâmicas socioeconômicas daquele período, destacando-se a produção comercial de café para fins de exportação, foram fundamentais para a formação da região e de sua estrutura social.

A configuração de uma realidade social, econômica e cultural de uma localidade apresenta variáveis das mais diversas ordens e complexidades que não se esgotam nem se explicam em um simples recorte de revisão histórica. O presente trabalho buscou o entendimento dos processos de formação do sítio urbano e rural do município de Louveira, antes de quaisquer outras pretensões de enunciados mais complexos.

2.1.2 A economia cafeeira

No ano de 1727 o café – que já possuía grande valor comercial – chegou ao norte do Brasil, mais precisamente em Belém, trazido clandestinamente da Guiana Francesa, pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta. Dadas as condições do clima e do solo brasileiro, o cultivo de café espalhou-se rapidamente, com produção voltada para o mercado doméstico. Em 1760, foi levado ao Maranhão e posteriormente ao Rio de Janeiro, servindo de cerca viva às terras do Convento de Santa Tereza (Jundiaí, 1970; ABIC, 2007).

Até o início do século XIX o café caracterizou-se como a grande riqueza brasileira, e as divisas geradas pela economia cafeeira inseriram o Brasil nas relações internacionais de comércio. Apesar de ter sido implantada de forma rudimentar, a cafeicultura começou a apresentar problemas somente em 1870, no centro-sul do Brasil, mas se reorganizou posteriormente, ocorrendo então uma busca pela região ideal para seu cultivo. Atualmente essas regiões são partes dos territórios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Rondônia (ABIC, 2007).

A partir de 1897 houve queda dos preços internos e externos do café, ocasionando uma longa crise que se estendeu até 1911. Alguns fatores, tais como a política econômica implementada entre 1898 e 1906 e as condições externas decorrentes das restrições impostas a partir de 1902, contribuíram para que não fossem abertas novas áreas de plantio de café nesse período (Semeghini, 1988).

Nos anos de 1910, 1912 e 1913 houve uma recuperação mundial dos preços do café e incrementou-se o plantio de 99 milhões de cafeeiros, e segundo cita o mesmo autor, ... *“Ao longo da 1ª Guerra Mundial, a expansão foi lenta, mas em 1918 prenunciava-se enorme safra, e o temor à nova baixa nos preços provocou o segundo plano de estabilização ... a fase que vai de 1886 até 1918 corresponde ao primeiro ciclo longo do café, abrangendo uma fase de auge (1886/97) e outra, onde a crise se faria presente na maior parte do período”*.

As fortes geadas, do ano de 1918, causaram a quebra da produção estimada para aquele ano. Em consequência desse fator climático, em 1919 foram plantados 55 milhões de cafeeiros. Os preços externos mantiveram-se muito elevados até a segunda metade da década de 20, o que gerou um plantio de 373 milhões de pés de café. Nesse período, já se mostravam as possibilidades de supersafras, estimuladas pela expansão contínua das áreas de cafeicultura, impossibilitando ao governo brasileiro uma intervenção mais direta na garantia final de preços do produto (Semeghini, 1988).

Em 1929 ocorreu a quebra da bolsa de Nova York, acontecimento que prenunciou um período de crise econômica mundial e tornou-se o fator principal da queda do escoamento da produção, gerando um ciclo de decréscimo da cultura, fazendo com que o café deixasse de ser o principal produto da economia brasileira.

Ocupando vales e montanhas, a cultura cafeeira constituía a base de nossa economia e preservava aspectos do passado colonial como o latifúndio e a monocultura, que representavam sérios obstáculos ao progresso industrial. Porém, a predominância dos interesses agrários no país não suplantou a necessidade de modernização do modelo de exploração econômica desse setor, favorecendo o surgimento de cidades e a dinamização de importantes centros urbanos no interior do Estado de São Paulo, sul de Minas Gerais e norte do Paraná. A estrutura ferroviária foi construída para permitir o escoamento da produção em substituição ao transporte

animal, impulsionando o desenvolvimento de atividades do setor secundário e terciário, tais como aprimoramento do sistema bancário, do comércio; melhorias sanitárias e benfeitorias urbanas. Na análise das divisões regionais da produção do café e da pecuária leiteira, e na classificação como “*política do café com leite*”, os Estados de São Paulo e Minas Gerais caracterizavam-se como oligarquias estaduais, exercendo enorme influência nos mecanismos políticos do início do período republicano. Ainda hoje, a cafeicultura é importante no panorama agrícola brasileiro, sendo o Brasil o primeiro produtor e o segundo consumidor mundial (Recco, 2007; ABIC, 2007).

2.1.3 As imigrações européias

Com exceção dos portugueses colonizadores do Brasil, a imigração no país prende-se a dois fatos históricos, primeiramente a abertura dos portos às “nações amigas” (1808) e, depois, a Independência do País (1822). É importante mencionar a existência de um movimento de deslocamento populacional voluntário (Fausto, 2007).

Conforme o mesmo autor, inicialmente houve um afluxo populacional europeu, por volta de 1870, que ocorreu primeiramente com os alemães e posteriormente com os italianos, duas etnias que se tornaram majoritárias nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entretanto, a grande entrada de imigrantes se dá em meados de 1880, com características distintas das primeiras imigrações acima apontadas.

Pereira & Filippini (1988), ressaltam que durante o século XIX a nobreza foi mantida pela economia cafeeira, mesmo com seu nítido declínio a partir de 1870, em função do problema de mão-de-obra escrava e da perspectiva da Abolição.

Enfatizam os autores que, nessa época, em Jundiá, o Sítio Grande era um exemplo desse declínio, tendo sido subdividido em diversas fazendas. A história desse latifúndio permite entendermos a economia da Província de São Paulo, especialmente por ser seu presidente, em 1886 e 1887, o Visconde de Parnaíba, também proprietário daquela área, que em seu governo empreendeu todos os esforços para a manutenção da produção e da oligarquia do café. Para isso, estimulou a imigração em massa, no período de 1880 a 1890, e providenciou condições para a recepção dos imigrantes, italianos em sua maioria, inclusive com a criação de alguns Núcleos Coloniais. No âmbito social, esse incentivo, ocasionado pela cultura cafeeira, acabou auxiliando na consolidação e expansão da classe média.

A partir de 1876 os Núcleos Coloniais passaram a ser planejados e projetados. Todos os lotes rurais esgotaram-se no ano de 1889 e, em 1894, o Núcleo foi oficialmente emancipado (Pereira & Filippini, 1988).

Os colonos que se estabeleceram nos lotes rurais do Núcleo Colonial Barão de Jundiá eram agricultores. Dentre as principais culturas destacavam-se o milho, o feijão, o arroz, a batata-doce e a inglesa, a mandioca, os legumes e as frutas. Cultivavam-se ainda as hortaliças e uvas, ambas de considerável expressão econômica (Pereira & Filippini, 1988).

2.1.4 O desenvolvimento da produção agrícola da região de Campinas

A partir do século XX, o Oeste Paulista começa a se diferenciar tecnologicamente pela produção e manufatura cafeeira em relação ao restante do país. Esse aprimoramento de produção foi possível, devido a alguns fatos: a imigração em grande escala, a presença das ferrovias e a aquisição de máquinas de beneficiamento. O ciclo da dinâmica de produção de café fez nascer a indústria e, ao mesmo tempo, possibilitou o desenvolvimento de uma importante agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas, e impulsionou o crescimento e a consolidação de vários centros urbanos no território (Semeghini, 1988).

Posteriormente a 1880, a população circunvizinha advinda da economia cafeeira teve como preferência a área urbana de São Paulo. No Oeste do Estado a ocupação do território se deslocava cada vez mais para interior, originando novos centros urbanos de apoio à cafeicultura como, por exemplo, Bauru e Ribeirão Preto. A região de Campinas deixou de ser prioritária no desenvolvimento agrícola, apesar de manter algumas áreas para agricultura. Com a expansão dos eixos das ferrovias Mogiana e Paulista, outros setores urbanos, como a indústria e comércio, sofrem incremento (Semeghini, 1988).

Segundo Monbeig (1984), citado por Semeghini (1988), em 1906, no Vale do Paraíba, havia uma grande área de cafeeiros, que apresentava uma queda contínua na produção, denunciando a idade das plantas e a falta de técnicas agrícolas adequadas a esses plantios. Uma segunda zona abrangia de Itu (no sul) até Mococa (ao norte), passando por Campinas, incluindo os contrafortes ocidentais da Mantiqueira.

Semeghini (1988) afirma que a terceira zona aproveitava as manchas de terra roxa ao norte de Campinas: Rio Claro, Limeira, Araras, até Piracicaba e Descalvado, porém, os produtores já procuravam novas zonas para expansão como Araraquara, Bauru e Ribeirão Preto e áreas adjacentes.

Tavares (1986), citado por Semeghini (1988), mostra que a partir de 1930 o setor de bens de produção e de consumo durável não era dominante no processo de industrialização, dado ao pequeno volume de produção que mal atendia o mercado local. Nesse período, a industrialização tinha influência na dinâmica de acumulação de riquezas e na economia cafeeira, no entanto, a própria força de trabalho envolvida na atividade industrial absorvia grande parte desta produção. A importação de bens industrializados também foi reduzida.

Ainda, no início de 1930, outras duas culturas ganharam destaque em São Paulo: o algodão e a cana-de-açúcar.

Em relação ao algodão, para Semeghini (1998) a produção brasileira crescia rapidamente na década de 30, e já em 1934 o valor de sua produção correspondia a 50% da produção do café (em 1929, a proporção era 10% menor). Em 1945, São Paulo produzia 75% do total brasileiro (superando assim largamente a produção nordestina). Essa produção algodoeira paulista atendia não apenas ao mercado externo, mas à demanda crescente da indústria têxtil nacional, que até os anos 30 era suprida basicamente pelo algodão nordestino. A partir do pós-guerra e na década de 50, os preços externos caíram, e a cultura do algodão em São Paulo passou a vincular-se internamente à indústria têxtil e à de produtos alimentares.

Esse autor comenta que a cultura da cana-de-açúcar teve seu desenvolvimento continuado a partir da década de 30, visando atender à produção de açúcar para o mercado interno em expansão. Com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, os usineiros paulistas foram grandemente beneficiados, principalmente em razão da maior produtividade e menores custos de transporte. Com a Segunda Guerra Mundial, o Estado de São Paulo passou a ampliar sua participação no mercado do Centro-Sul, e tornava-se o maior produtor nacional. Nos anos 50, ocorreu novo salto na produção açucareira, causado pelos aumentos na demanda interna e externa, e o açúcar, juntamente com o café, passa a ser o principal produto agrícola de exportação.

2.1.5 A fruticultura

A fruticultura é a ciência e a arte do cultivo de plantas frutíferas e tem como objetivo a exploração racional de plantas lenhosas que produzem frutos comestíveis. Diferentemente da agricultura, na qual as plantas recebem um tratamento coletivo; na fruticultura, para se chegar à colheita, além da semeadura, são necessárias operações específicas e mais detalhadas que englobam inclusive a conservação e embalagem dos frutos. Assim, como outras atividades da agricultura, a fruticultura encontra um enorme potencial de produção nas diferentes áreas geográficas do globo terrestre. Particularmente, a fruticultura, pela sua grande diversidade de espécies, apresenta ampla adaptação em todo o planeta. De maneira geral, encontram-se frutíferas vegetando e produzindo nas diferentes regiões, desde as de clima frio (em boa parte do ano) até às localidades com temperaturas muito altas (Simão, 1998; UFLA, 2000).

2.1.5.1 A fruticultura quanto ao clima

Segundo Simão (1998), as plantas podem dividir-se nas categorias de clima temperado, tropical e subtropical. A fruticultura temperada é comum nos países da Europa e Ásia, nos Estados Unidos, Canadá, Chile e Argentina. Ainda, pelos conhecimentos adquiridos sobre espécies de clima temperado e tropical, e conhecendo as condições ecológicas de cada região, podem-se estabelecer pomares comerciais com grande probabilidade de êxito. A Tabela 1 apresenta as principais espécies quanto ao clima.

Simão (1998) comenta que as espécies de clima temperado podem desenvolver a frutificação na área subtropical e mesmo na tropical, desde que o repouso hibernar seja substituído por período seco que impeça a vegetação, porém, as plantas de clima tropical dificilmente encontram condições para prosperar nas zonas temperadas.

A área de distribuição favorável às espécies frutíferas de clima temperado concentra-se no sul do Estado de São Paulo até o Rio Grande do Sul. Entretanto, encontram-se dispersas pelo país, regiões microclimáticas, como a Serra da Mantiqueira, a Serra dos Cristais e regiões do interior e do norte do Brasil, que compensam a latitude com a altitude, oferecendo também microclimas favoráveis (Simão, 1998).

Tabela 1- Espécies frutíferas quanto ao clima

Tropical	Temperado	Sub-Tropical
Banana	Pêra	Caqui
Abacaxi	Maçã	Figo
Manga	Ameixa	Macadâmia
Tâmara	Pêssego	Nêspera
Coco-da-baia	Kiwi	Pêra
Mamão	Uva	Pêssego
Goiaba	Figo	Uva
	Pecã	Ameixa*

Fonte: Adaptado de Simão (1998) e IAC (2007).

*A ameixa (*Prunus sp*) apresenta cultivares que podem ser incluídos neste grupo, como o cultivar carmesim.

2.1.5.2 A fruticultura tropical

Conforme Simão (1998), as espécies tropicais têm suas regiões de cultivo na África, sul da Índia, Austrália, Ilhas Canárias, América Central e do Norte e centro da América do Sul.

Segundo o mesmo autor, no Brasil, as espécies frutícolas tropicais são encontradas a partir do centro do Estado de São Paulo até o Amazonas, áreas que apresentam condições ecológicas para o seu desenvolvimento, com exceção das regiões montanhosas, em que a queda de temperatura oferece microclima favorável às culturas temperadas. Assim, as culturas de abacaxi, anona, banana, coco-da-baía, mamão, manga, tâmara, citros, abacate, goiaba, jabuticaba encontrariam condições ecológicas mais favoráveis no início da parte central do Estado de São Paulo até o norte, incluindo as regiões Central e Nordeste, com clima subtropical e tropical.

No Nordeste do Brasil, atualmente, as principais culturas são: caju, banana, coco-da-baía, abacaxi, mamão, anona, goiaba, manga, havendo possibilidade de se tornar a principal região do país na produção de tâmaras e grande produtora de uvas finas, principalmente, de casta européia (Simão, 1998).

2.1.5.3 A fruticultura temperada

Com relação ao frio essas plantas podem ser divididas em muito exigentes e pouco exigentes. Existem variedades que produzem satisfatoriamente em regiões de inverno brando; outras exigem inverno longo e rigoroso para frutificar economicamente, com duração de dois a três meses, e a uma temperatura de 0°C, atingindo, no verão, 30 a 40°C (Simão, 1998).

2.1.5.4 A fruticultura Subtropical

Segundo o Instituto Agronômico de Campinas – IAC (IAC, 2007), neste grupo estão as espécies frutíferas consideradas de clima temperado, porém, com menores exigências de frio hibernal. Nessas espécies são encontrados, mais freqüentemente, cultivares que se comportam bem nas áreas menos frias do Planalto Paulista em que a seca, associada ao frio hibernal, contribui para trazer o período de repouso necessário para a frutificação comercial.

Clemente et al. (1952), citado por IAC (2007), em carta sobre regiões frutícolas do Estado de São Paulo, considera como regiões climaticamente propícias à cultura das frutíferas subtropicais, tanto a parte sul como toda a faixa central, mais amena, do planalto paulista. A escolha dos parâmetros adotados na definição da aptidão climática das fruteiras subtropicais, semelhantemente às de clima temperado, baseou-se particularmente no comportamento dos cultivares plantados em condições de cultura comercial, em São Paulo e nos Estados vizinhos.

2.1.6 A trajetória da fruticultura

Segundo alguns historiadores, a fruticultura tem sido praticada há milhões de anos. Há registros muito antigos que citam as frutas e demonstram sua importância. A Bíblia é um exemplo, pois menciona em alguns trechos frutos como a maçã, o figo, a uva, a romã, entre outros. Embora tais registros sejam encontrados com certa freqüência, os estudos das frutíferas somente foram iniciados em um passado mais recente (UFLA, 2000).

A dispersão das frutíferas ocorreu com os vários deslocamentos do homem, seja por guerras ou por novas conquistas. A contribuição satisfatória, dada por Nikolai

Ivanovith Vavilov, sobre a origem e a dispersão das espécies cultivadas propõe que o surgimento da fruticultura comercial coincidiu com os vários centros por ele propostos. Ele concluiu que existem oito centros geográficos de origem, nos quais estão concentradas as maiores diversidades de formas e genes das espécies cultivadas. O Centro de Origem Chinês é o mais antigo e maior que se conhece. Compreende as regiões montanhosas da China Central e Ocidental e, ainda, as regiões planas adjacentes. É também considerado o mais rico em número de espécies (UFLA, 2000.).

Ao observar a distribuição das espécies, verifica-se de início que as espécies selvagens concentravam-se principalmente nos centros de origem. São inúmeros os fatores que determinaram o grau de adaptabilidade de uma dada planta; especificando que o clima é praticamente o fator que define a ocorrência das espécies no globo terrestre (UFLA, 2000).

Através dos tempos, o homem foi escolhendo aquelas espécies ou variedades que apresentavam características superiores. Sabe-se que inúmeras variedades e cultivares hoje existentes são, na sua maioria, provenientes de mutações e hibridações naturais. Na verdade, a disseminação das espécies e variedades ocorreu primeiramente no velho mundo e, posteriormente, disseminou-se para o novo mundo, dada a ansiedade dos povos mais antigos em descobrir novos horizontes (UFLA, 2000).

2.1.7 A fruticultura no Brasil

Segundo Inglez de Sousa (1959), é no século XIX que tem início a sistematização não só da viticultura, mas também de toda a pomicultura paulista e brasileira em geral. É nos primórdios desse século que começam a surgir as primeiras notícias sobre a cultura econômica do pessegueiro no país.

Em Bezerra et al. (1990) pode-se observar que a fruticultura brasileira já ocupava uma posição de destaque no cenário mundial, quando as produções de banana, laranja e mamão eram as maiores do globo.

O setor frutícola é, indiscutivelmente, um dos mais importantes segmentos do agronegócio brasileiro. Além de sua elevada rentabilidade e expressiva utilização de mão-de-obra, a fruticultura é uma valiosa alternativa para a alavancagem das exportações brasileiras de produtos agrícolas. Trata-se, portanto, de um segmento

estratégico dentro da perspectiva de desenvolvimento econômico e social do País (Fioravanco & Paiva, 2002).

De acordo com o “planetaorganico” (2007), embora o Brasil venha aumentando suas exportações de frutas frescas, ainda é um país marginal no comércio mundial, mesmo sendo o segundo maior produtor de frutas do mundo. A participação da exportação, segundo o Agrianual (2001), não ultrapassa 3%, mas a fruticultura nacional apresenta todas as condições para reverter o quadro, inclusive no aumento do consumo de frutas no mercado interno. De acordo com o IBRAF (2007), o consumo per capita de frutas no Brasil é de apenas 57 kg por ano, bem abaixo de países como Itália (114 Kg/ano) ou Espanha (120 kg/ano).

O Brasil possui uma capacidade crescente de produção, dispõe de áreas capazes de produzir durante todo o ano e assegura uma oferta diversificada de produtos em períodos de entressafra. O país é favorecido pelas condições climáticas que permitem o cultivo de um número bastante variado de espécies, além de deter tecnologia adequada para produzir frutas com a qualidade requerida pelo mercado internacional. Entretanto, sem qualquer capacidade para a formação de mercados, apresenta dificuldades mercadológicas atribuídas a agentes de intermediação que exercem apenas influências negativas sobre o preço (Programa, 2001). Por esse e outros fatores, a exportação brasileira de frutas ainda não alcançou um lugar de destaque no cenário internacional e não se equivale a magnitude da produção nacional, pois a participação brasileira no comércio mundial de frutas é de apenas 0,3%, e seu volume exportado sempre foi e continua sendo inferior a 2% do total produzido (Fioravanco & Paiva, 2002; Hamm, 2001).

Das frutíferas mais cultivadas, uma das mais conhecidas no mundo talvez seja a laranjeira. O Brasil é hoje o maior produtor mundial de citros e o Estado de São Paulo é responsável por 70% da produção nacional de laranjas, totalizando 24% da produção mundial de frutas, superando importantes culturas como a viticultura, bananicultura e a pomicultura (ABECITRUS, 2003; FNP Consultoria & Comércio, 2004). A citricultura é amplamente distribuída e economicamente importante nas regiões subtropicais e tropicais em que existem condições edafoclimáticas adequadas para o seu desenvolvimento (Davis & Albrigo, 1994). Dentre as espécies citrícolas cultivadas, as

laranjas correspondem a 64% do volume de produção mundial (Neves & Boteon, 1998). Entretanto, no mundo, a distribuição das áreas de plantio é muito irregular nas zonas de cultivo. Entre os mais de cem produtores de citros, apenas dois países detêm mais de 35% da produção total: Brasil e Estados Unidos, e o Brasil – maior produtor – detém 19,38% da produção mundial (FAO, 2004).

A história dessa frutífera pode ter iniciado por volta de 2200 (a.C.), de acordo com escritos chineses. Seu centro de origem é fonte de muitas controvérsias, mas pode ter surgido no Leste Asiático. No Brasil, foi na época do Descobrimento, pois em 1540 já se sabia do seu cultivo nos arredores de Salvador. Daí em diante o cultivo de cítricos foi aumentando e teve grande impulso quando, em torno de 1760, surgiu uma nova variedade de laranja também nas imediações de Salvador, denominada 'Baía'. Após 1937 houve uma expansão dos pomares paulistas, com intenso crescimento dessa cultura a partir de 1960 (Oliveira & Taraglia, 1987, citado por Semeghini, 1988; UFLA, 2000).

A citricultura no Estado de São Paulo é favorecida pelas condições climáticas apropriadas, pelo baixo custo da terra e da mão-de-obra, e pela garantia de mercado para frutas cítricas (Amaro & Maia, 1997).

Quase todos, senão todos os Estados, exploram a fruticultura. Algumas regiões se destacam, a exemplo de São Paulo, que é o maior produtor de citros e manga, com aproximadamente um milhão de hectares de cítricos; ocupando a segunda posição, vem Sergipe com mais ou menos cinquenta mil hectares. Santa Catarina mostra sua potencialidade como o maior produtor de maçã, e Paraíba, como o maior produtor de abacaxi. A Bahia ocupa o primeiro lugar na produção de banana e o segundo, na de mamão. O Estado de Pernambuco é o maior produtor de goiaba, com um volume registrado, em 1991, de 106.820 toneladas produzidas. O Espírito Santo detém a primeira posição em produção de mamão. O Rio Grande do Sul ocupa a primeira posição na produção de uva destinada, principalmente, à produção de vinhos, enquanto Minas Gerais ocupa a quinta colocação, com ênfase à produção de uvas para mesa (UFLA, 2000).

Das frutíferas mais importantes cultivadas em nosso meio, podemos destacar, pelo seu valor econômico: banana, citros, uva, caju, abacaxi, manga, abacate, goiaba, caqui, pêssego, mamão, figo, pêra, marmelo, maçã, pecã e ameixa (Simão, 1998).

A fruticultura é fator de fixação do homem à terra e possibilita a subdivisão da gleba em pequenas propriedades altamente produtivas. Eleva o padrão de vida do agricultor e sua função estende-se além dos campos, ao integrar a comercialização, distribuição, venda e industrialização dos produtos (Simão, 1998).

O aumento no consumo de frutas de mesa e de sucos naturais é uma tendência mundial que pode ser aproveitada como um incentivo para uma produção de qualidade (Zambão & Neto, 1998).

O Brasil é um dos três maiores produtores mundiais de frutas, com uma produção que supera os 38 milhões de toneladas. A base agrícola da cadeia produtiva das frutas abrange 2,3 milhões de hectares e gera 6 milhões de empregos diretos ou seja, 27% do total da mão-de-obra agrícola ocupada no País, segundo dados de 2003. É possível alcançar um faturamento bruto de 1.000 a 20.000 reais por hectare. Além disso, para cada 10 mil dólares investidos em fruticultura, geram-se três empregos diretos permanentes e dois empregos indiretos. O valor bruto da produção de frutas atingiu, em 2003, cerca de 12,3 bilhões de reais, 13% do valor da produção agrícola brasileira (IBRAF, 2007).

O valor econômico da fruticultura não se situa somente na produção de frutos para o mercado consumidor; mas também no aproveitamento dos frutos para a industrialização (Simão, 1998).

A industrialização é o primeiro passo para garantir a absorção dos excedentes e tem a função muito importante de dar ao fruticultor a garantia da compra de seus produtos. As frutas são produtos altamente perecíveis e devem ser consumidas tão rapidamente quanto possível (Simão, 1998).

As indústrias de suco de laranja concentrado e congelado (SLCC) comercializam anualmente cerca de 85% da produção paulista. No mundo, a cada dez copos de suco de laranja consumidos, oito são de procedência brasileira; o Estado de São Paulo é responsável por 98% da produção total (Neves & Boteon, 1998; ABECITRUS, 2007). Toda a produção brasileira de suco concentrado de laranja é praticamente destinada à

exportação, e somente 2% da fruta processada é destinada ao mercado interno (Amaro & Maia, 1997).

2.1.8 A fruticultura no Estado de São Paulo

A intensa urbanização que se observa no Estado de São Paulo, nos últimos anos, vem provocando contínuo deslocamento da área de produção de frutas de clima temperado das regiões tradicionais, próximas à Capital, para novas regiões, no interior. Nessas áreas, geralmente, a fruticultura tem sido desenvolvida em escala maior, sob forma empresarial, com maiores índices de mecanização, o que tem contribuído para aumentar substancialmente o volume de frutas oferecidas *in natura* ou para a industrialização (Ojima, 1984).

Por outro lado, a grande valorização das terras próximas aos grandes centros urbanos, a escassez de mão-de-obra especializada, os altos custos dos insumos, e a concorrência dos grandes produtores têm diminuído sensivelmente o interesse dos antigos fruticultores paulistas, que praticavam em suas pequenas glebas uma fruticultura intensiva do mais alto nível artesanal, capaz de colocar no mercado frutas de qualidade superior as de qualquer outra procedência, nacional ou estrangeira (Ojima, 1984).

Grande parcela da área paulista cultivada destina-se à produção de uva de mesa, com as variedades americanas Niagara Rosada e Branca, cujas principais zonas produtoras concentram-se em torno das cidades de Campinas e Jundiaí, distribuídas em pequenas propriedades, com área média de 10 hectares (Pommer, 2003).

2.1.9 A viticultura brasileira

A viticultura brasileira vem ocupando nos últimos anos área aproximada de 58 mil hectares, com produção que oscila em torno de 820 mil toneladas, concentrando-se principalmente nas regiões Sul e Sudeste, e apresenta duas atividades distintas: a produção de uva de mesa e a vitivinicultura (uva para sucos e vinhos) (Pommer, 2003). Essas atividades estão difundidas principalmente nos Estados do Sul e Sudeste, nos quais se destacam São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nos últimos anos, porém, a viticultura tem se expandido na região do Nordeste,

concentrando-se os plantios na região do São Francisco, com aumentos significativos na área cultivada, principalmente com uvas finas de mesa (Pommer et al, 1997).

No Brasil, os primeiros indícios da introdução de uvas para vinho foram feitos por intermédio da Expedição de Martin Afonso Souza na colonização de São Vicente, da qual Braz Cuba fazia parte. Ele é considerado o viticultor pioneiro, pois foi o primeiro a plantar parreiras, nas sesmarias que recebeu, mas não conseguiu desenvolver essa cultura devido ao calor e a umidade permanente do litoral vicentino (Alvarez, 1984). Por volta de 1551, com notável desenvolvimento, estabeleceu vinhedos no planalto paulista, região do Tatuapé. Alguns anos depois se estabeleceu nos Estados da Bahia e Pernambuco. No final do século XVII, com o descobrimento do ouro e a expansão do cultivo da cana-de-açúcar e do café nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, a viticultura praticamente desapareceu até boa parte do século XIX (Alvarez, 1984; Pommer, 2003).

No início do século XIX, a viticultura foi proibida pela corte portuguesa, por decreto real, para evitar prejuízos ao comércio da indústria vinícola de Portugal (Inglez de Sousa, 1959).

No Estado do Paraná existem registros do cultivo da videira entre os anos de 1557 e 1630. Porém, a viticultura propriamente dita, como atividade econômica, somente foi verificada na segunda metade do século XIX, com a intensificação do cultivo das variedades 'Isabel', 'Concord', 'Goethe' e outras americanas (Pommer, 2003).

Acredita-se que no Estado de Santa Catarina a viticultura tenha mais de 200 anos. No entanto, o primeiro registro data de 1807, e descreve a existência de videiras na região do Porto de São Francisco. De modo geral, a viticultura de Santa Catarina teve a mesma evolução que a de todo o Brasil, firmando-se como atividade econômica a partir da segunda metade do século XIX, com o aparecimento da variedade 'Isabel' e com o incremento da colonização européia (Pommer, 2003).

O cultivo da videira no Estado do Rio Grande do Sul provavelmente originou-se com as missões jesuítas, oriundas da Espanha, por volta de 1626. Entretanto, alguns autores atribuem a implantação da viticultura nesse Estado aos imigrantes provenientes das ilhas dos Açores, que colonizaram a região de Porto Alegre, entre 1732 e 1773.

Dessa maneira, os vinhedos do Rio Grande do Sul iniciaram-se com variedades de *Vitis vinifera* de origem espanhola, seguidas depois pelas portuguesas, francesas, italianas e alemãs. Após seu aparecimento, as variedades americanas estabeleceram absoluta predominância sobre as demais; situação que persiste até hoje (Pommer, 2003).

Novamente, a interação entre a imigração italiana e o cultivo das variedades americanas foi responsável pela fase acelerada da expansão da viticultura verificada a partir de 1870 e 1875 no Estado do Rio Grande do Sul. No período de 1990 a 1999 houve uma redução de 17,6% da superfície vitícola no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo período, a zona produtora circunvizinha das cidades de Campinas e Jundiaí ampliou sua área plantada de 15% para 18,7% da área nacional de parreiras, notando-se que em 1990, foram colhidas 126,2 mil toneladas (15,7% da nacional) tendo seu volume aumentado para 176,2 mil toneladas em 1999 (19,7% do total) (Pommer, 2003).

As duas principais formas de comercialização de uva no mercado internacional são a venda por consignação, nas quais a fruta destina-se a um importador, com base numa expectativa de preços, e a venda a preço firme, em que se estabelece, primeiramente, as cotações para os produtos com determinado padrão de qualidade, colocados no porto de destino (Pommer, 2003).

Na cidade de São Paulo, principal centro consumidor brasileiro, o atacado funciona como referência para todo o mercado nacional, em face do volume de negócios efetuados. Para a uva comum, as maiores quantidades ofertadas concentram-se em dezembro e janeiro (68% do total comercializado), com pequena comercialização entre março e junho e oferta entre agosto e outubro, característica de um produto perecível, cuja colheita é concentrada em alguns meses, podendo ter duas colheitas anuais a cada dois anos (Pommer, 2003).

As maiores quantidades de uvas finas de mesa são comercializadas de dezembro a março (43,0% do total), tendo-se, de abril a novembro, os níveis mais reduzidos.

Ao longo do ano, dada à irrigação, há uma oferta mais equilibrada da uva comum. Em função disso, os preços não apresentam grandes oscilações durante o ano e, no período de 1995 a 1999, a média foi de 0,82/kg, com preço médio mínimo de US\$ 0,61 em junho e preço médio máximo de US\$ 0,99 em novembro (Pommer, 2003).

Entre 1995 a 1999, em São Paulo, os preços da uva no atacado mostraram-se decrescentes, devendo-se ressaltar que as uvas convencionalmente chamadas finas, entre as quais se destaca a 'Itália', apresentaram preços médios menores do que as denominadas comuns, como a 'Niagara' e outras (Pommer, 2003).

2.1.10 A viticultura no Estado de São Paulo

A atual viticultura paulista encontra-se difundida por todo o Estado e pode ser analisada sob três diferentes aspectos: a produção de uvas finas de mesa, a de uvas comuns de mesa e a de uvas destinadas à vinificação (Pommer et al, 1997).

Cronologicamente, a variedade 'Isabel' foi pioneira na viticultura econômica paulista. É provável que essa variedade tenha vindo com os imigrantes italianos (Pereira & Filippini, 1988; Pommer, 2003).

Em 1894 foi introduzida a Niagara Branca. Em São Paulo, essa variedade foi pouco a pouco substituindo a 'Isabel', que dominava o mercado de uva para mesa, destacando-se, desde 1934, como a mais consumida para essa finalidade. Também como variedade mais importante na elaboração do vinho paulista, a 'Isabel' viu-se paulatinamente suplantada pela 'Seibel 2', que foi trazida da Europa por volta de 1919 (Alvarez, 1984).

De acordo com Mattos (1958), no decorrer da segunda metade do século XIX, o cultivo da vinha caracterizou-se pela sua dispersão geográfica. Inúmeras tentativas vitícolas foram realizadas em regiões afastadas umas das outras e distintas, por suas condições geográficas. Dentre essas regiões estavam Cunha, São Paulo, São Roque, Jundiaí, Campinas, Mogi das Cruzes, Sorocaba, Itapetininga e Tietê, conforme mostra a Figura 1. Em Cunha, no final desse século, a viticultura passou a ocupar posição de destaque, chegando, a contar com cerca de 120 mil videiras. As condições de clima e solo mostraram-se muito favoráveis, pois a produção vitivinícola revelou-se ótima tanto em quantidade como em qualidade. Porém, já nos idos de 1950 nada restava, a não ser velhas prensas, ruínas de material vinário e vestígios das antigas cepas.

Fonte: Adaptado de Mattos (1958).

Figura 1 - Mapa do estado de São Paulo com a distribuição das áreas vitícolas antigas - 1949

Entre 1830 a 1840 surgiram as variedades americanas, mais rústicas que as de *Vitis vinifera*, principalmente a 'Isabel', as quais, juntamente com a chegada de imigrantes italianos, incentivaram o ressurgimento da viticultura no Estado de São Paulo (Pommer, 2003). Esse período tem como uma das suas características importantes o fato de localizar-se, em sua totalidade, nos bairros e subúrbios da Capital (Sousa, 1948). É também, por essa ocasião, que a viticultura em São Paulo assume o seu caráter econômico, de exploração industrial (Jundiaí, 1970).

A maior parcela da área cultivada paulista destina-se à produção de uva de mesa, com as variedades americanas Niagara Rosada e Branca, que se encontram distribuídas em pequenas propriedades, com área média de 10 hectares (Pommer, 2003).

2.1.11 A macro região de Jundiaí

2.1.11.1 Análise histórica do desenvolvimento

O desenvolvimento geopolítico-demográfico da macro região de Jundiaí começou com sua fundação em 1615. Em 1655 foi elevada à Vila e, em 1865, à Cidade. De 1945 a 1948 o município de Jundiaí passou a compor-se de 2 distritos: Jundiaí e Rocinha. Em 1948 o distrito de Rocinha foi desmembrado do município de Jundiaí e passou a chamar-se Vinhedo. Em 1953 foram criados os distritos de Itupeva, Campo Limpo e Várzea Paulista, que em 1963 passaram a município. O município de Jundiaí, que em 1963 tinha 768 km², ficou com 452 km² cedendo 84 km² para Campo Limpo, 36 km² para Várzea Paulista e 196 km² para Itupeva

Com a chegada da indústria açucareira e a proeminência da produção algodoeira, que geravam produtos exportáveis, Jundiaí passa ativamente a estabelecer intercâmbio com São Paulo. Essas relações intensificaram-se a partir de 1818, quando as caravanas levavam açúcar, farinha de mandioca, trigo e milho para São Paulo e Santos e, no retorno, traziam sal, tecidos e metais. Foi importantíssimo o papel desempenhado por essas duas culturas na civilização jundiaiense. No início do século XIX houve um sensível incremento desse intercâmbio, em razão da exportação cafeeira e da inauguração da ferrovia para São Paulo e Santos, em 1867 (Jundiaí, 1970).

Conforme consta nessa publicação, bem antes da quebra da Bolsa de Nova York, os cafezais entram em declínio, causado principalmente por fatores como a erosão e as geadas. As terras, predominantemente declivosas da região, foram violentamente destituídas de sua cobertura verde por meio de queimadas. Esse preparo do solo, em geral executado no auge das secas de agosto, deixava a terra completamente nua, à mercê das primeiras chuvas fortes de outubro e novembro. Antes de instalada a lavoura, o solo já perdera ponderável fertilidade pelo arrastamento de suas camadas mais nobres pelas enxurradas. A orientação das linhas de plantio seguia rigorosamente o maior declive (Jundiaí, 1970).

Em análise de Felisberto Camargo, citada por Inglez de Sousa (1955), essas técnicas de plantio foram consideradas inadequadas, "*...Irracional não é. Os irracionais*

não caminham subindo nem descendo morro. Os animais, o boi, a vaca, por exemplo, caminham sempre contornando as elevações do terreno".

Com a redução da monocultura cafeeira, altera-se a fisionomia da estrutura agrária. Segue-se em Jundiaí uma intensa fase de fragmentação da gleba e diversificação da agricultura; sítios e chácaras predominavam no panorama rural, grande parte formados por antigos colonos de café que reverteram suas economias duramente conseguidas da lavoura cafeeira em pequenas propriedades, com plantações de uva, figo, pêra, maçã e outras frutas (Jundiaí, 1970).

Os imigrantes que vieram para a Colônia eram predominantemente da região do Vêneto e tinham o hábito de trabalhar com a família em suas próprias terras, com agricultura diversificada. A imigração italiana mudou rápida e completamente as características de Jundiaí, de sua população e da produção rural e industrial, a ponto de ser referenciada por viajantes no começo deste século como "cidade italiana" (Pereira & Filippini, 1988).

Quanto a sua economia, a princípio, o Núcleo Barão de Jundiaí possuía uma agricultura de subsistência, que representava o lucro principal de suas atividades econômicas, proveniente da comercialização de sobras (origem do comércio ambulante) apenas como um complemento rentável para o colono e sua família. Os pequenos produtores da Colônia cultivaram o café até o declínio dessa cultura. Nessa época, parte das uvas produzidas, em especial a curvina, era destinada ao comércio de Jundiaí, voltado para a produção do vinho; os pequenos produtores da Colônia forneciam a uva para fabricantes da cidade. Desde o início da colonização do Núcleo de Jundiaí, os proprietários de lotes rurais já cultivavam a videira para o consumo familiar, além da produção caseira do vinho. O excedente de produção da uva era vendido na cidade pelos antigos vendedores ambulantes que viviam na Colônia. Durante a primeira metade do século XX, a agricultura de subsistência passou a ter um aspecto secundário e subsidiário, desenvolvendo-se dentro de uma ótica de produção comercializada e não de auto-consumo (Pereira & Filippini, 1988).

Ressaltam ainda esses estudiosos, que entre a agricultura de caráter comercial, que se impôs, e a agricultura de subsistência desenvolveu-se um setor de prestação de serviços vinculado ao comércio ambulante. Em todas as atividades econômicas, o

trabalho familiar teve uma presença marcante e essencial. O Núcleo Colonial Barão de Jundiaí relacionou-se intensamente com a cidade e ampliou seus contatos comerciais com a Capital; teve, ainda considerável disponibilidade de mão-de-obra que, constantemente, era absorvida pelas ferrovias e indústrias de Jundiaí.

A partir de 1880, a uva ‘Isabel’ foi introduzida na região de Jundiaí; anteriormente, a viticultura comercial era praticada no plantio das velhas castas portuguesas. Em 1886, surgiram as primeiras estatísticas da produção paulista de vinho; Jundiaí foi citada apenas em 1887.

É somente no século XX, portanto, que a viticultura toma força na agricultura de Jundiaí. Na realidade, as uvas constituíram uma das principais riquezas da economia agrícola no Núcleo Colonial Barão de Jundiaí. Os bairros da Malota, Caxambu e Colônia estão ligados aos primórdios da viticultura jundiaiense. Inicialmente, a produção era efetuada para o consumo familiar e a produção caseira era freqüente. A comercialização da uva ‘Isabel’, em São Paulo, vinda da produção desses bairros perdurou por muitos anos do século XX). A introdução da uva branca Niagara, por Francisco Marengo, no ano de 1910, altamente produtiva, rústica e compatível com a umidade do clima paulista foi obra de alcance extraordinário para o progresso de toda a viticultura paulista, principalmente, em Jundiaí. Em 1913, Arthur De Vecchi introduziu a “Seibel 2” (Jundiaí, 1970). Nesse mesmo período surgiram as pequenas fábricas de vinho, não se extinguindo, contudo, o de fabricação caseira destinado ao consumo próprio e ao comércio. No final de 1950, os pequenos fabricantes da Colônia deixaram de produzir vinho, uma vez que a uva de produção local era inadequada para essa finalidade (Pereira & Filippini, 1988).

Em 1933, em Jundiaí, em consequência de mutação somática em uma planta de Niagara Branca, surgiu a variedade Niagara Rosada que transformou toda a estrutura vitícola do Estado de São Paulo, tornando-o o maior produtor de uvas de mesa do Brasil e sede da primeira exposição vitivinícola do Estado, realizada em 1953 (Pommer, 2003; Pereira & Filippini, 1988).

Os mais velhos parreirais de Jundiaí, todos da variedade ‘Isabel’, cujos vinhedos foram formados pelos imigrantes italianos, localizavam-se nas terras do bairro do Caxambu e do Núcleo Colonial, hoje, importante bairro industrial da Colônia. Embora

sendo atualmente o maior centro viticultor de São Paulo, não existem referências históricas exatas para que se possa precisar a instalação da cultura da parreira em suas terras (Jundiaí, 1970).

Anualmente, a região de Jundiaí colhe em média 50,4 toneladas de Uva Niágara, 11,9 toneladas de uvas finas (Rubi e Itália), 7,9 toneladas de figo, 13,1 toneladas de goiaba, 15,3 toneladas de caqui, 5,3 toneladas de pêssego e 10,6 toneladas de morango e, segundo a CATI, o valor bruto da produção foi de R\$ 207,328 milhões (Geraldogovernador, 2003; CATI, 2003).

2.1.12 Circuito das frutas

Segundo Alvares (1984), praticamente toda a viticultura no Estado de São Paulo está contida dentro de um polígono, conforme apresenta a Figura 2, cujos vértices são as cidades de Mogi das Cruzes, Ibiúna, Cabreúva, Valinhos, Morungaba, Bragança Paulista, fechando o perímetro em Mogi das Cruzes. Além das localidades mencionadas, há ainda outras, de grande importância vitivinícola, tais como, São Roque, Jundiaí, Jarinu, Louveira, Vinhedo, Itatiba, Atibaia e Poá.

Nos últimos anos tem crescido a produção local de frutas, como morango, pêssego, figo, caqui e ponkan, fato que estimulou a criação do Circuito das Frutas (Vale, 2006).

Em 2 de outubro de 2002 foi assinado o Decreto Estadual nº 47.180, que instituiu o Projeto “Circuito das Frutas”, unificando a região formada pelos municípios de Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinú, Jundiaí, Louveira, Valinhos e Vinhedo, que ocupam uma área de 1.600 km² do Estado de São Paulo, dos quais mais da metade destina-se à fruticultura (IMESP, 2003; EMPLASA, 2003).

Fonte: Alvarez, 1984

Figura 2 - Polígono da viticultura no Estado de São Paulo

O Decreto dispõe também que para a implantação do Projeto "Circuito das Frutas" deverá ocorrer adequação da atividade ambientalmente sustentável nos municípios, tais como:

- *“capacitação de recursos humanos;*
- *conscientização da população quanto à preservação ecológica;*
- *tratamento e destinação ambientalmente seguros de resíduos antrópicos;*
- *recuperação das áreas degradadas em virtude da continuidade da visitação;*
- *priorização em formação profissionalizante para a região em virtude de atividades decorrentes do Projeto”* (Emplasa, 2003).

Segundo Vale (2006), as cidades do Circuito das Frutas produzem o mesmo tipo de frutas, numa área de 1,6 mil Km², dos quais 850 Km² são destinados à fruticultura, sobretudo ao cultivo de frutas típicas de clima temperado. O plantio é realizado por cerca de 8 mil pequenos agricultores e a produção é comercializada na região, sendo o excedente da safra destinado à fabricação de compotas e doces. A comercialização e

degustação dessas frutas e seus derivados têm aumentado e aquecido o agronegócio e o turismo da região com eventos, tais como as tradicionais Festas da Uva e do Figo , que reúnem milhares de pessoas a cada ano.

A idéia do projeto é adotar um plano de desenvolvimento de turismo na região, além de dar apoio, assessoria e capacitação às instituições públicas e privadas dos municípios para programas e projetos de turismo rural, de lazer, científico, cultural e de ecoturismo. Entre as medidas que serão adotadas, estão: criação de um sistema de informações sobre o Circuito das Frutas; adoção de estruturas de apoio e segurança aos visitantes; confecção de um calendário oficial do circuito; divulgação dos eventos e das atividades relacionadas ao turismo na região(Geraldogovernador, 2003).

Existe, também, a previsão de que, com a implantação do pólo turístico, sejam criados, no mínimo, 1.500 empregos diretos e indiretos nos oito municípios, visto que, além do turismo local, o pólo vai fomentar toda a cadeia produtiva do setor de fruticultura (Geraldogovernador, 2003).

Como Louveira, os outros municípios participantes do Circuito das Frutas possuem também produção de frutas, forte influência da imigração, e grande interesse no desenvolvimento do turismo rural, além da proximidade geográfica com duas grandes metrópoles, Campinas e São Paulo (Soares et al., 2007).

Segundo os autores os municípios envolvidos decidem criar o “Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico do Circuito das Frutas”, para garantir uma representação jurídica comum e facilitar o recebimento de verbas da iniciativa privada colaborando desta forma com a consolidação do “Circuito das Frutas”. A criação desse Consórcio partiu do município de Louveira com o intuito de mobilizar os outros municípios do Circuito para um objetivo comum de transformar a região num pólo turístico. Para participar do consórcio cada município contribuiu com uma taxa inicial de R\$ 10.000,00.

2.1.13 O município de Louveira

Louveira teve o início de sua povoação no ano de 1639 e a origem do nome deve-se ao seu primeiro povoador Gaspar de Oliveira, natural da cidade de Lagroña, na Espanha, o qual a batizou com o nome das árvores predominantes do local na época. Gaspar de Oliveira também participou da fundação de Jundiaí e foi responsável pelo plantio das primeiras videiras da região, trazidas de sua plantação na cidade de Jaraguá. Em 1872, foi inaugurada em Louveira a Estação Ferroviária e a Linha Férrea da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (Abdo & Redondo, 2004; Louveira, 2002b).

Um acontecimento importante na história do município foi a chegada dos imigrantes de origem italiana, em 1890, oriundos da Cidade de Treviso, que se disseminaram por todo o município com suas tipicidades culturais as quais podem ser encontradas até hoje, principalmente, no bairro da Abadia (Abdo & Redondo, 2004).

Louveira, assim como Vinhedo, pertenceu a Jundiaí por mais de 300 anos. Em 1948, pela Lei nº 233, Vinhedo (ex-Rocinha) juntamente com Louveira desmembrou-se de Jundiaí. Assim, Louveira passou a pertencer a Vinhedo, porém, como bairro (Louveira, 2002b; Vinhedo, 2000).

Conforme já destacado anteriormente, em 1933 apareceu em Louveira uma parreira de Niagara Branca ostentando cachos de bagas vermelhas. Nasceu assim, por mutação somática a Niagara Rosada, que se tornaria a uva de mesa mais cultivada no Estado (Inglez de Sousa, 1959).

Em 1955, Louveira foi elevada à categoria de distrito e, por meio de plebiscito, o município foi criado em 28 de fevereiro de 1964, pela lei estadual de n. 8.092 de 1963 (Louveira, 2002b; Abdo & Redondo, 2004).

Dividida pela Rodovia Anhanguera, a cidade vem apresentando um visível desenvolvimento do bairro Santo Antônio. Seu crescimento foi fomentado pela fácil integração do local com municípios vizinhos, especialmente Jundiaí, cuja economia de perfil industrializado criou demandas de mão-de-obra operária suprida por municípios de seu entorno. O desenvolvimento e incremento demográfico, realizados de forma praticamente independente da área urbana central de Louveira, acabaram por estabelecer uma nova centralidade, um novo *locus* urbano, quase dissociado da dinâmica anteriormente existente no município. A fácil acessibilidade à faixa que

margeia o eixo da Via Anhangüera proporciona a instalação de novas atividades econômicas (Louveira, 2006).

A atividade industrial, no município, teve um incremento bastante significativo a partir de 1997 com a instalação da Procter & Gamble do Brasil & Cia. Após esse período, outras indústrias também passaram a ter destaque, como a Ahlstrom Papers Group; Ancor Pet Packaging; Valki Plásticos e Máquinas Ltda.; Framplast Ind. e Com. De Plásticos Ltda., Dinoplast Ind. e Com de Plásticos Ltda.; Isolasil Tintas e Vernizes, Texifiber; Fibertex Louveira Produtos Têxteis Ltda. (Explorevale, 2007).

Os frigoríficos também empregam um grande número de pessoas e, de forma direta, geram atividades para o setor primário, bastante significativas na cidade, como por exemplo, a criação de aves pelos sitiantes locais, nas inúmeras granjas existentes (Explorevale, 2007).

Não há um distrito industrial definido, suas indústrias encontram-se espalhadas e sua topografia não é muito favorável à instalação de novas indústrias, porém, sua situação geográfica favorece qualquer empresa, pois toda a sua produção pode ser facilmente distribuída a todo o Brasil, pela posição estratégica em relação a importantes rodovias que se direcionam à capital e a outros Estados (Explorevale, 2007).

As cidades localizadas entre Campinas e Jundiaí congregam-se em um pólo turístico com mais de 750 mil habitantes, dispõem de excelente malha viária e um corredor econômico que liga o Interior e outros Estados, considerado o maior centro consumidor da América do Sul. A comercialização e degustação das frutas e seus derivados têm impulsionado o turismo e o agronegócio da região com festas e eventos, reunindo mais de 1,5 milhões de pessoas por ano (IMESP, 2003).

O turismo ainda é recente no projeto municipal, mas já possui trabalhos realizados no setor, tais como a criação do Museu do Imigrante, situado no bairro da Abadia, que expõe objetos utilizados na antiga colonização rural; a criação do Conselho Municipal de Turismo, por parte do poder Executivo que vem incrementando diversas atividades na área. Devido ao bom clima, tranquilidade do município e proximidade com grandes centros urbanos, Louveira tende a tornar-se um atraente pólo turístico (Explorevale, 2007).

O Agro-Turismo é outra atividade que vem sendo incentivada, e é por meio dela que o turista tem a oportunidade de conhecer as culturas frutícolas e seus produtos (Explorevale, 2007).

Anualmente, acontece a Festa da Uva de Louveira, já na 41^o edição, porém, apesar da denominação, são apresentadas diversas frutas e subprodutos, visando principalmente incentivar a diversificação da produção frutícola. Durante os eventos, sempre é possível observar a Exposição de Frutas Premiadas e também, nas propriedades, interessantes roteiros agroturísticos que abrangem também a cultura dos imigrantes italianos, a possibilidade da colheita das frutas nos pomares, a culinária, a visita a adegas de vinhos e alambiques de cachaça, além da produção de doces, licores, compotas, geléias e do artesanato local.

2.1.13.1 A fruticultura local

Grande parcela da área paulista cultivada destina-se à produção de uva de mesa, com as variedades americanas Niagara Rosada e Branca, cujas principais zonas produtoras concentram-se em torno das cidades de Campinas e Jundiaí, distribuídas em propriedades pequenas, com área média de 10 hectares (Pommer, 2003).

O município concentra sua produção frutícola basicamente em três espécies vegetais: uva, caqui e pêssago (IBGE, 2002).

Segundo a Prefeitura de Louveira (2007), a cidade possui 10,4% das 31,750 milhões de plantas de videiras da variedade Niagara Rosada, cultivadas na região de Campinas, a qual representa 91,7% da produção do Estado de São Paulo, formada por 34,387 milhões de plantas. Dessa maneira, as 3,3 milhões de videiras louveirenses representam 9,6% do total do Estado. A quantidade é uma das maiores e a qualidade está entre as melhores. As outras regiões vitícolas do país procuram realizar a colheita da Uva Niagara Rosada em meses diferentes da época da principal safra local, a fim de não competir com a produção do município. Das 365 propriedades rurais do município, 230 trabalham com a Uva Niagara, em uma área de 652 ha onde são cultivadas aproximadamente 3.600.000 plantas que produzem anualmente 10.000 toneladas de uvas, sendo 65% na safra normal que ocorre de dezembro a fevereiro e 35% na safra temporã que ocorre entre abril e junho.

Das frutas comercializadas, destaca-se também o caqui. O caquizeiro é originário da Ásia. No Brasil, há evidências de que essa árvore frutícola entrou pela primeira vez em São Paulo, por volta de 1890, provavelmente vindo da França para Pereira Barreto (SP). Porém, só a partir de 1920, com a chegada dos imigrantes japoneses e de variedades de alto valor, é que a cultura se expandiu. Hoje, o caquizeiro é cultivado principalmente nas regiões Sudeste e Sul, e no Estado de São Paulo. Apresenta significativa importância econômica em algumas regiões, como as da Grande São Paulo, Vale do Paraíba, Campinas, Sorocaba e Mogi das Cruzes, que se destaca como a região de maior produção. Outros grandes produtores são os municípios de Biritiba Mirim, Taubaté, Louveira, Santa Isabel, Tremembé, São Miguel Arcanjo, Atibaia, Guapiara, Guararema, Campinas, Itatiba, Salesópolis e Suzano (Martins & Pereira, 1989; Bueno & Kawakami, 2000; Pio et al., 2003).

Outra fruta que vale destacar é o pêssego. O Brasil é muito mais importador de pêssego fresco do que exportador. Porém, em virtude de variedades criadas e adaptadas às nossas condições climáticas, a produção precoce ocorre de setembro a dezembro. O período de colheita das regiões produtoras do Hemisfério Norte se dá de maio a setembro, e das demais regiões produtoras do Hemisfério Sul inicia-se após o término das colheitas brasileiras. Evidentemente, para suprir a entressafra dos grandes mercados consumidores, os pomares de São Paulo apresentam condições de desenvolver a exportação de forma vantajosa (Maia et al., 1996).

No Brasil, a cultura é explorada visando à produção de frutas para mesa e o processamento industrial. Sua exploração com fins comerciais concentra-se nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. O Estado de São Paulo é o segundo maior produtor de pêssego de mesa. Sua safra ocorre principalmente no final do ano, e por não possuir uma logística de distribuição, o consumo acaba atingindo apenas segmentos da população das grandes cidades do Centro-Sul. Nos demais meses do ano, a importação proveniente do Chile, Uruguai e Argentina abastece o mercado brasileiro em geral, (Maia et al., 1996).

Para o mercado interno, a grande vantagem de se plantar pêssegos em regiões mais quentes é a possibilidade de antecipar a colheita. Enquanto a colheita dos pêssegos cultivados na região sul do Brasil inicia-se em final de novembro a início de

dezembro, no Estado de São Paulo a colheita pode começar em agosto-setembro o que é uma vantagem, pois não há pêssegos provenientes do sul. Embora nas regiões onde há oferta de pêssegos sulinos, as colheitas tardias, iniciadas em janeiro, representam desvantagem econômica para as regiões mais quentes, pois com a maior disponibilidade de frutas no mercado, naturalmente ocorrerá queda nos preços. Entretanto, essa colheita é uma boa opção se for destinada aos mercados locais e aos de rápida comercialização (Scarpate Filho et al., 2003).

Um dos fatores limitante dessa cultura, é a necessidade de mão de obra especializada. O pessegueiro necessita, obrigatoriamente, de poda anual, pois a frutificação só ocorre em ramos do ano oriundos de gema do ano anterior. Existem dois tipos de podas: a poda seca ou de inverno, feita entre junho e agosto, onde são eliminados os ramos que produziram, os doentes e os mal localizados; a poda verde, realizada de setembro a março, eliminando-se os ramos secundários e os ladrões (Simão, 1998).

2.1.14 Técnicas de geoprocessamento

As interferências humanas na intensificação do uso do meio, com objetivos exploratórios (urbano, agrícola e pastoril) no território brasileiro, vem suscitando a atenção dos segmentos ligados ao planejamento agroambiental, face às significantes alterações que têm provocado nos cenários naturais. Também tem se observado o emprego crescente das técnicas de geoprocessamento nos estudos de planejamento do uso da terra e na análise ambiental, baseadas especialmente nos sistemas de informações geográficas visto sua capacidade de suporte à integração de dados, possibilitando a geração e análise da informação geográfica a partir de um grande volume de informações (Mendonça, 2005).

As propostas metodológicas para a investigação do ambiente são inúmeras. A partir da década de 70, avanços tecnológicos relativos à aquisição e armazenamento, manipulação e saída de informações espaciais propiciaram um expressivo progresso na implementação de estudos integrados de dados. Nesse sentido, a disponibilidade de dados orbitais e de estruturas computacionais auxiliares como os Sistemas de

Informações Geográficas (SIGs) permitiu maior agilidade na coleta de dados e análise das informações ambientais (Valério Filho, 1995).

Maguirre et.al. (1991), incluíram os SIGs em um amplo conceito de geoprocessamento, que envolve um conjunto integrado de *hardware*, *software*, dados e recursos humanos que operam em um contexto institucional. Enfatizam que existem três aspectos principais considerados nesses sistemas: a noção de mapa (como a forma de representação da informação); a base de dados e as funções de análise espacial.

O geoprocessamento representa atualmente um importante instrumento de apoio e viabilização de projetos, em diferentes áreas do conhecimento, especialmente em estudos que envolvem a manipulação de grande quantidade de informações e análise de dinâmica temporal/espacial, caso específico do uso atual das terras (Donzelli et al., 1992).

O domínio de aplicações que podem ser desenvolvidas com o Uso do SIG está crescendo cada vez mais, acompanhando a evolução dos dispositivos de coleta de dados e as facilidades computacionais em geral. Geralmente, esses sistemas têm sido utilizados em aplicações sócio-econômicas (uso da terra, ocupação humana e atividades econômicas); em aplicações de gerenciamento (planejamento de tráfego, de obras públicas, gerenciamento de recursos, entre outros); e aplicações ambientais (análise do meio ambiente e uso de recursos naturais) (Giboshi, 2005).

O Global Position System (GPS) é um sofisticado sistema eletrônico de navegação, baseado em uma rede de satélites que permite localização instantânea, em qualquer ponto da Terra, com uma precisão quase perfeita (Moraes, 2003).

2.1.14.1 Diagnóstico ambiental

Conforme descreve Santos (1998), a fase de diagnóstico consiste na interpretação atual do sistema ambiental, considerando a sua trajetória histórica e evolução previsível, e na identificação das relações estruturais dos problemas atuais e potenciais, indicando suas respectivas causas e agentes determinantes.

Macedo (1995) menciona que a finalidade básica de um diagnóstico ambiental é a identificação do quadro físico e antrópico de uma dada região. Os diagnósticos

ambientais deverão, obrigatoriamente, caracterizar as potencialidades e as vulnerabilidades da região em estudo, ante as atividades transformadoras que nela ocorrem, além de outras atividades que eventualmente ali se instalem.

2.1.15 Urbanização

A população mundial cresceu rapidamente nas últimas décadas, ocasionando uma grande concentração populacional na área urbana. No Brasil, esse fenômeno tornou-se mais acentuado a partir da década de 60 e, nos últimos 40 anos, a população brasileira inverteu sua localização. Hoje, mais de 75% da população vive em meios urbanos (Fantin, 2007; Pompermayer, 2003).

A urbanização é um dos processos antrópicos mais agressivos ao meio ambiente, pois raramente é induzida por alguma política governamental de forma ordenada (Pompermayer, 2003). Não consiste somente no crescimento das cidades, ela implica também numa série de outras transformações relacionadas a este processo, como a subordinação do meio rural ao meio urbano e a formação de um sistema integrado de cidades, conhecido como rede urbana (Hassler, 2006).

O índice de urbanização é utilizado como um indicador da intensidade das inter-relações entre o “sistema natural”, composto pelo meio físico e o “sistema antrópico”, constituído pelo homem e suas atividades (Pompermayer, 2003). No entanto, Grossi (2001) comenta que em muitas regiões, há sinais de que não houve deslocamento de moradores do campo para as cidades, mas sim o oposto. As cidades é que invadiram o campo. O que se deu, na verdade, é que muitas das áreas anteriormente consideradas rurais tornaram-se “juridicamente urbanas nos anos 90”.

O processo de urbanização brasileiro foi essencialmente concentrador. Em 1950, o país tinha três cidades de grande porte: apenas o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife abrigavam mais de 500 mil habitantes. Em 1998, nada menos que 26 aglomerações urbanas já tinham ultrapassado a marca de meio milhão de habitantes. Porém, há algum tempo, registra-se atenuação do crescimento das maiores cidades. O poder de atração das cidades médias, que desempenham funções de centros submetropolitanos ou capitais regionais, tornou-se maior que o das metrópoles. Em diversas áreas do

país, configuram-se "corredores" de urbanização nos quais intensificam-se os fenômenos de conurbação (Magnoli & Araújo, 2007).

De acordo com Jaqcquet (2003) o termo conurbação corresponde ao encontro ou junção entre duas ou mais cidades em razão de seu crescimento horizontal. Em geral esse processo dá origem a formação de regiões metropolitanas.

A configuração de "corredores" de urbanização em cidades médias dinamiza processos de valorização imobiliária, ligados à concorrência entre diferentes usos do solo. Os usos industriais, residenciais e de lazer competem entre si e tendem a expulsar os usos agrícolas tradicionais. Os mananciais que fornecem água para a população das dezenas de cidades sofrem os efeitos das descargas industriais e da poluição gerada por novos loteamentos. Os eixos regionais de transportes são incorporadas às manchas urbanas, comportando-se como vias de tráfego local. No Estado de São Paulo, sobre os eixos das rodovias Bandeirantes, Anhangüera e Wahington Luiz delineou-se um "corredor" que se irradia da metrópole paulista para Jundiaí, Campinas, Americana, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto (Magnoli & Araújo, 2007).

A principal tendência do processo de urbanização brasileiro é a participação decrescente das regiões metropolitanas, como São Paulo e Rio de Janeiro, na população do País. Por isso se fala em desmetropolização. Em 1980, havia apenas quatro cidades com mais de meio milhão de habitantes: São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba. Atualmente, municípios com população entre 500 mil e 1,5 milhão de habitantes incluem importantes centros urbanos como Brasília, Manaus, Campinas, São Luís, Maceió, Natal, Teresina, Campo Grande e Goiânia (Bernardes, 2007).

2.2 Material e Métodos

2.2.1 Caracterização do local

2.2.1.1 Dados físicos

O município de Louveira apresenta coordenadas geográficas, latitude S 23° 05' e longitude W 46° 56' e está situado na região sudeste do Estado de São Paulo, a 72 km da capital. Pertence à Região Administrativa de Campinas e Região de Governo de Jundiaí; possui 51 km² de superfície territorial e encontra-se em litígio com o município de Vinhedo, a respeito de 3 km², motivo pelo qual em algumas fontes verifica-se a referência de 54 km² e até 55 km² (Louveira, 1992; Louveira, 2003b; IBGE, 2003). Apresenta topografia acidentada, com altitude de 654m (sede do município) e 950m em sua borda norte (Louveira, 2003b).

Segundo Louveira (1992), o município é servido por quatro rodovias estaduais (SP 330, SP 348, SP 63 e SP332) e por ramal ferroviário da antiga FEPASA. Apresenta as seguintes distâncias, por via rodoviária, de trevo a trevo:

- 61 km de São Paulo
- 23 km de Campinas
- 11,7 km de Jundiaí
- 6,9 km de Vinhedo
- 16 km de Itatiba
- 27 km de Itupeva.

Na Figura 3 é possível observar os municípios limítrofes e as demarcações das vias de acesso que alimentam o município de Louveira.

Fonte: Câmara de Louveira (2007).

Figura 3 - Mapa do município de Louveira (SP) com os municípios limítrofes e a demarcação das vias de acesso

A cidade é dividida pela rodovia Anhangüera, em duas partes, uma conhecida como Louveira ou “Centro” e a outra como Bairro Santo Antônio, também conhecido como “Quebra”.

O município apresenta a seguinte composição climática, conforme Koppen:

- a) Borda NO (15% do território): Cwa – clima mesotérmico de inverno seco, apresentando precipitação inferior a 30 mm no mês mais seco e temperaturas máxima acima de 22 °C e mínima inferior a 18° C.
- b) Restante do território (85%): Cfa – clima quente úmido, sem estiagem, apresentando precipitação entre de 30 mm e 60 mm e temperaturas médias acima entre 22 °C e mínimas abaixo de 18 °C. A vegetação nativa da região é composta basicamente por cerrado, cerradão e capoeira (São Paulo, 1993).

2.2.1.2 Dados antrópicos

Segundo o IBGE (2002), o município possuía uma população de 26.096 pessoas. A população rural representava 8,53% (CATI, 2003).

2.2.2 Dados da fruticultura

Segundo a Casa de Agricultura¹ do município existem, atualmente, 432 propriedades rurais, totalizando 3.252,8 ha.

De acordo com Abdo & Redondo (2004) essas propriedades apresentam uma variada produção de frutas com qualidade reconhecida nacionalmente. Essa representatividade da fruticultura louveirense aliada a uma estratificação fundiária privilegiada, ao modelo de exploração (agricultura familiar), às condições climáticas, ao solo fértil, à evolução do nível tecnológico das culturas e à constante preocupação com o meio ambiente, faz com que Louveira ocupe uma posição de destaque no Pólo Turístico do Circuito das Frutas.

2.2.3 Coleta de dados

Para a realização do trabalho, foram analisadas as mudanças ocorridas no município de Louveira, nas áreas ocupadas com frutas, em decorrência da interferência do desenvolvimento urbano na fruticultura.

A coleta dos dados foi realizada utilizando a seguinte metodologia:

- Levantamento documental e de informações sobre o desenvolvimento urbano municipal, junto à Secretaria de Planejamento e Obras do município de Louveira.
- Análise das Leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e Orgânica do Município.
- Entrevistas na Secretaria de Agricultura, Turismo e Comércio do município, em 20 e 21/04/2006, com o chefe da Divisão de Agricultura, Sr. Júlio César Veroneze e com o Engenheiro Agrícola Daniel Miqueletto, ambos produtores de uva, tendo como objetivo a percepção de políticas públicas, ligadas a agricultura e turismo, em prática no município.

¹ Informações cedidas pela Casa de Agricultura de Louveira em Janeiro de 2007.

- Entrevistas, no período de 20 a 23/11/2006, com o Desenhista Sr. Cláudio Rogério Biaggio, e a Arquiteta Ângela Lipisky Gonzales, responsáveis pela elaboração e acompanhamento de projetos, em todo o município, da Secretaria de Planejamento e Obras, tendo como foco a percepção de políticas públicas, ligadas ao desenvolvimento urbano, em prática no município.
- Entrevistas, no período de 17 e 19/10/2006, com o Chefe da Casa da Agricultura de Louveira, Escritório de Desenvolvimento Rural de Campinas, Engenheiro Agrônomo Luis Carlos Mollo Alarcon, sobre a existência de cooperativas e associações de produtores municipais e, as alterações ocorridas na fruticultura e estrutura fundiária do município.
- Obtenção e organizações de dados sobre o município em órgãos governamentais e não-governamentais (Instituto de Economia Agrícola, CATI, Jornal de Louveira, Museus locais, CAPTA Frutas/IAC – Jundiaí, Prefeitura de Jundiaí, etc.).
- Avaliação das variações e transformações ocorridas nas áreas frutícolas do município entre 2000 e 2005, por meio de mosaico ortofotográfico.
- Avaliação da dinâmica dos usos de solo, por meio de comparações das áreas demarcadas nos mosaicos ortofotográficos (2000 e 2005) e das zonas urbanas de marcadas no mapa de zoneamento do município, atualizado em 2005.

2.2.4 Crescimento populacional e urbanização

Foram analisadas a relação do crescimento populacional e a urbanização do município, por meio da análise da evolução do crescimento populacional do de Louveira (SP), no período de 1970 a 2005, com dados obtidos de fontes como: IBGE (2003); SEADE (2007); Louveira (1992); Louveira (1999) e Louveira (2006).

2.2.5 Índice de urbanização do município de Louveira

O índice de urbanização foi definido por meio do método utilizado por Pompermayer (2003), como a relação entre a população urbana e a população total do município, para que fosse possível verificar o grau de urbanização da cidade de Louveira e sua interferência na fruticultura local, no período de 1970 a 2005.

2.2.6 Evolução do valor da terra

Os valores das terras foram calculados utilizando-se de tres momentos:

- média simples dos dados de 1995 obtidos por meio da Tabela I, de Valores Unitários de Terrenos (m^2), existente na Lei n. 1.172/94 (Anexo A);
- média simples dos dados de 2003 obtidos por meio da Tabela I, de valores do metro quadrado de terreno para 2003, existente na Lei complementar n. 1.627/2002 (Anexo B);
- média simples dos dados de 2005 obtidos por meio da Tabela I, de valores do metro quadrado de terreno para o exercício de 2005, existente no Decreto n. 2884/2005 (Anexo C).

2.2.7 Levantamento de uso e ocupação das terras

O levantamento de uso e ocupação das terras do município de Louveira foi realizado por meio de mapeamentos já existentes e interpretação de ortofotos aéreas.

Para a construção do mapa de uso e ocupação das terras foram adquiridas, juntamente com a Prefeitura Municipal de Louveira, nove fotografias aéreas do período de 2000, em formato digital, e um mosaico fotográfico de 2005. As fotos cobrem em sua quase totalidade a área do município. As fotos de 2000 apresentam melhor qualidade que as de 2005.

Montou-se um mosaico com as fotografias de 2000 utilizando-se somente as fotos que continham a área do município de Louveira, eliminando as que não eram necessárias. Usando-se o *software* ArcView Gis 3.2, foi feita a montagem do mosaico, já georreferenciado em coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator). As fotos de 2005 foram cedidas pela a prefeitura, em forma de mosaico, que também foi

georreferenciado em coordenadas Universal Transversa de Mercator (UTM). Para o georeferenciamento dos mosaicos e obtenção das coordenadas geográficas dos pontos de controle escolhidos, foram visitados diversos pontos do município. Para essas atividades foi utilizado um equipamento GPS da marca GARMIN modelo GPSMAP 60CS, cedido pelo Centro de Geoprocessamento do IAC.

A próxima etapa para a construção do mapa de uso e ocupação foi a escolha dos pontos de controle nos dois mosaicos das fotografias, dos anos de 2000 e 2005, ou seja, foram identificados pontos que poderiam servir de referência para o georeferenciamento das imagens em campo.

Em seguida, procedeu-se a vetorização dos polígonos de uso da terra de todas as áreas de interesse para os dois períodos foram demarcadas com a utilização do *software* AUTOCAD versão 2006. A legenda de uso e ocupação das terras para os dois períodos estudados compreendeu as seguintes classes de uso e ocupação: campo sujo, caqui, desenvolvimento urbano, corpos d'água, mata, outras frutíferas, pêssego e uva. A classe composta por outras frutíferas compreendeu as espécies que não ocupavam área superior a meio hectare.

2.2.7.1 Classes de uso e ocupação de terras

Para a criação das classes de uso e ocupação, foram observadas nos mosaicos as áreas existentes e realizadas visitas a diferentes pontos do município para checagem das classes demarcadas digitalmente. Foram criadas as seguintes classes: campo sujo, caqui, mata, desenvolvimento urbano, corpos d'água, outras frutíferas, pêssego e uva.

As classes foram criadas observando os seguintes critérios:

- Campo sujo: áreas abandonadas de antigas culturas, ou que apresentavam vegetação rasteira, gramíneas e pequenos arbustos.
- Caqui: áreas com presença de cultivo comercial de caqui.
- Mata: áreas com presença de maciços de árvores e arboretas.
- Desenvolvimento urbano: áreas com pequenos aglomerados, presença de construções habitacionais, incluindo loteamentos e condomínios. Corpos d'água: lagos e lagoas visíveis nos mosaicos fotográficos.

- Outras frutíferas: foram consideradas as áreas recobertas, por menos de um hectare, pelas culturas de manga, acerola, ameixa, macadâmia, figo, goiaba, laranja, lichia, maracujá e poncã.
- Pêssego: áreas de cultivo comercial de pêssego.
- Uva: áreas de cultivo comercial de uva.

2.3 Resultados e Discussões

2.3.1 Crescimento populacional e urbanização

Como já foi mencionada por Pompermayer (2003), a população mundial cresceu rapidamente nas últimas décadas, e concentrou-se na área urbana e, que no Brasil, esse fenômeno tornou-se mais acentuado a partir da década de 60. No município de Louveira, essa concentração passou a ser acentuada no início da década de 80 (Figura 3).

Até este período na população havia pouca diferença, entre a ocupação rural e urbana, pois aproximadamente 44% da população estavam no meio rural e 56% no urbano. Esse fato deve-se principalmente que o município foi emancipado em 1965, deixando de ser um bairro do município de Vinhedo, para tornar-se um novo município, passando a ter características próprias, principalmente como município produtor de frutas, principalmente uva.

Na Tabela 2, pode-se observar que a partir de 1980 o número de habitantes da zona rural se mantém praticamente inalterado, e o crescimento populacional do município, passou a ocorrer na zona urbana. No período entre os anos de 2000 e 2005, ocorreu uma redução de aproximadamente 10% da população rural, sendo que neste mesmo período a população total do município teve um aumento de 22,27%. Em 2005 a população residente na área urbana era de 93,62%.

Fontes: Adaptado de IBGE (2003); SEADE (2007); Louveira (1992); Louveira (1999) e Louveira (2006).

Figura 4 - Evolução do crescimento populacional do município de Louveira (SP), expresso em porcentagem, no período de 1970 a 2005

Tabela 2 - Evolução populacional do município de Louveira (SP) (expressa em mil habitantes), no período de 1970 a 2005

Período (Ano)	Zona urbana (em mil habitantes)	Zona rural (em mil habitantes)	Total (em mil habitantes)
1970	2837	2195	5032
1980	8169	2150	10319
1991	14123	2125	16248
2000	21888	2015	23903
2005	26861	1831	28692

Fontes: Adaptado de IBGE (2003); SEADE (2007); Louveira (1992); Louveira (1999) e Louveira (2006).

2.3.2 Índice de urbanização do município de Louveira

Na década de 90, Bernardes (2007), constatou a elevação das taxas de urbanização nas diversas regiões do País. O Sudeste, pioneiro do moderno sistema urbano brasileiro, apresentava, em 1996, um índice em torno de 88%, seguido pelo Centro-oeste, com 81%, o Sul, com 74,1%, o Nordeste, com 60,6%, o Norte, com 57,8% e, Louveira com 88,23%.

No ano de 2005, índice de urbanização (população urbana/população total) subiu para 93,62%, ou seja, no período entre 1970 e 2005 houve um aumento de 86,44% da população urbana e a rural apresentou um decréscimo de 19,91%.

Esses dados mostram que a urbanização do município seguiu a tendência nacional e, por meio do índice de urbanização, Louveira é um município urbanizado.

De modo geral, o fenômeno é significativo e os diferentes índices refletem diferenças qualitativas ligadas à forma e ao conteúdo da urbanização. Tal fato é resultado do impacto da divisão social e territorial do trabalho que ocorreu, ao longo deste século, de modo diferenciado no território. No Sudeste e no Sul, o desenvolvimento industrial e o dinamismo dos diversos tipos de trabalho asseguraram uma rede urbana mais complexa (Bernardes, 2007).

Em Louveira a atividade industrial, passou a ter representatividade a partir de 1997 com a instalação da Procter & Gamble do Brasil & Cia., sendo sua principal atividade a indústria de bens de consumo que gerou e gera até hoje, 870 empregos diretamente (Explorevale, 2007).

No período de 1996 a 2000 a população urbana passou a representar 91,57% do total, esse aumento representou um acréscimo de 5946 pessoas na população urbana desse período.

Na Figura 5 observar-se a variação do grau de urbanização do município no período de 1970 a 2005, e que a urbanização intensificou-se a partir de 1980.

Fontes:

Adaptado de IBGE (2003); SEADE (2007); Louveira (1992); Louveira (1999) e Louveira (2006).

Figura 5 - Variação do grau de urbanização do município de Louveira (SP) no período de 1970 a 2005

2.3.3 Evolução do valor da terra

A evolução do valor do terreno do município ocorreu da seguinte forma: em 1995 o valor médio por m² era de R\$ 27,95; em 2003 decresceu para R\$ 20,98 em 2005 teve uma pequena elevação R\$ 0,16 por m² (Figura 6).

Porém algumas áreas obtiveram redução do valor venal por m² de terreno de mais de 45%. As áreas que foram beneficiadas por essa redução foram principalmente áreas pertencentes a loteamentos distantes, que a princípio seriam compostos apenas por chácaras de lazer, e que hoje foram parceladas e tornaram essas áreas loteamentos populares. Como é o caso do Arataba, que em 1995 obteve um aumento de 300% e em 2005 uma redução de 46,63% e do bairro Monterrey, que de 1995 a 2003 teve reduzido em mais de 90% o valor venal do m².

Outros terrenos também obtiveram redução nos seus valores, foram os pertencentes a condomínios de médio (terrenos de 300 a 500 m²) e alto padrão (acima de 500 m²). O maior beneficiado foi o Residencial Primavera (condomínio de alto padrão) com redução de 34,21%, seguido pelo condomínio Vilaggio Capriccio. Esses

condomínios encontram-se em áreas de zoneamento rural. Essas reduções mostram o grande interesse do poder público local nesses tipos de empreendimentos.

O bairro da Abadia, tradicional pelo cultivo de frutas, principalmente a uva, mantém essa pratica até hoje. Uma das razões para a manutenção dessa característica foi a grande redução obtida no período de 1995 a 2003. Porém esse local será obrigado a se adequar a legislação ambiental, pois 70% de toda a área está localizada em zona de manacial.

Na Tabela 3 é possível observar o valor venal médio por m² e variação percentual de alguns bairros e condomínios do município, entre 1995 a 2003 e 2003 a 2005.

Adaptado de Louveira (1994), Louveira (2002) e Louveira (2005a).

Figura 6 – Evolução do valor venal do terreno (em R\$) do município de Louveira (SP) no período de 1995 a 2005

Tabela 3 – Valor venal médio por m² e variação percentual de alguns bairros e condomínios do município, entre 1995 a 2003 e 2003 a 2005

	1995	2003	2005	Variação pecentual	
	Valor venal médio por m ²			1995 a 2003	2003 a 2005
Centro	R\$ 34,00	R\$ 40,00	R\$ 42,79	17,65%	6,98%
Vila Pasti	R\$ 28,00	R\$ 25,00	R\$ 26,74	-10,71%	6,96%
Jardim Niero	R\$ 47,00	R\$ 31,00	R\$ 33,16	-34,04%	6,97%
Jardim 21 de Março	R\$ 21,00	R\$ 17,00	R\$ 18,18	-19,05%	6,94%
Abadia	R\$ 50,00	R\$ 8,00	R\$ 8,55	-84,00%	6,88%
Condomínio Casa grande	R\$ 46,00	R\$ 30,00	R\$ 32,09	-34,78%	6,97%
Condomínio Vilaggio		R\$ 38,00	R\$ 30,00		-21,05%
Capriccio					
Residencial Jardim Primavera		R\$ 38,00	R\$ 25,00		-34,21%
Condomínio Delle Stelle		R\$ 38,00	R\$ 27,00		-28,95%
Arataba	R\$ 2,00	R\$ 8,00	R\$ 4,27	300,00%	-46,63%
Monterrey	R\$ 43,00	R\$ 4,00	R\$ 4,27	-90,70%	6,75%

Adaptado de Louveira (1994), Louveira (2002a) e Louveira (2005a).

2.3.4 Distribuição das zonas de ocupação no município

As áreas onde encontram-se os condomínios de médio e alto padrão, como por exemplo os condomínios Vilaggio Capriccio e residencial Primavera, são áreas de zoneamento rural, e os loteamentos populares Arataba e Monterrey, estão em áreas de mananciais (Figura 7).

Como as zonas industrial e urbana, estão praticamente interligadas com a zona rural, isso explica a redução crescente da área rural e o aumento da área de desenvolvimento urbano.

A Lei Municipal n. 752/84 (Anexo D), que estabelece as normas para parcelamento, uso e ocupação do solo do município, permite a qualquer tempo em seu artigos 20 e 21, que ocorram alterações de seu uso, em prol dos interesses do município.

LEGENDA

- ZONA DE MANACIAL
- ZONA DE INDUSTRIAL
- ZONA MISTA
- ZONA RURAL
- ZONA URBANA

Adaptado de Louveira (2005b).

Figura 7 - Mapa com os perímetros das zonas de uso e a localização de condomínios de médio e alto padrão e loteamentos populares

2.3.5 Uso e ocupação das terras

No levantamento realizado nos períodos de 2000 e 2005 foram analisadas as seguintes classes de uso da terra: campo sujo, caqui, mata, desenvolvimento urbano, corpos d'água, outras frutíferas, pêssago e uva.

Na Tabela 4 é possível observar uma síntese da evolução da ocupação das terras entre 2000 e 2005, com a respectiva variação percentual das classes de uso e ocupação entre os dois períodos. O que mais chama a atenção em termos de alteração de uso é o acentuado aumento na área de desenvolvimento urbano, que passou de 577,33 ha para 850,58 ha mostrando que houve uma explosão da urbanização no município, com um aumento de 47,33% num período de cinco anos.

Pode-se observar também que a intensa urbanização não ocorreu em áreas de mata, sendo as culturas de pêssago e uva as mais afetadas, sofrendo redução de 75,93% e 45,67% respectivamente.

Essas culturas, uva e pêssago, ocupam muita mão de obra durante todo o ano em seus tratos culturais. Com a urbanização essa mão de obra deslocou-se para o comércio e indústria, que apresentam uma melhor remuneração, e fornecem benefícios sociais como carteira assinada, férias remuneradas, décimo terceiro salário, entre outros. Com essa perda de mão de obra, a produção dessas frutas torna-se menos competitiva com outras áreas de produção.

Tabela 4 - Áreas de ocorrência e variação percentual das classes de uso e ocupação das terras entre 2000 e 2005

Uso e ocupação	2000	2005	Variação percentual (2000 a 2005)
	Área absoluta (hectares)		
Campo sujo	3318,32	3323,45	0,15
Caqui	56,18	40,63	-27,68
Desenvolvimento urbano	577,33	850,58	47,33
Mata	1007,27	999,78	-0,74
Outras frutíferas	14,72	11,05	-24,93
Pêssego	25,88	6,23	-75,93
Uva	507,88	275,91	-45,67
Corpos d'água	56,13	56,07	-0,11
Total	5563,70	5563,70

Figura 8 - Mapas de uso e ocupação das terras do município de Louveira em 2000 (a) e 2005 (b)

Para melhor ilustração, observa-se na Figura 8 a distribuição das classes de uso e ocupação das terras do município nos anos de 2000 e 2005 respectivamente.

2.3.5.1 Campo sujo

As áreas de campo sujo mantiveram-se estáveis quanto a porcentagem de cobertura, sofrendo um aumento de 0,15%. Porém as áreas existentes em 2000 sofreram redução de 14,35%, e a estabilidade observada ocorreu porque outras classes de uso passaram a ser campo sujo.

No período de 2000 a 2005 foi observado que algumas áreas cultivadas foram abandonadas, tornando-se campo sujo. Após um comparativo entre os dois períodos, 24,67% que era cultivada com caqui passou a pertencer a classe de campo sujo; o mesmo fato foi observado para as classes de outras frutas que foram substituída em 56,45%, 85,36% de pêssego e 47,18% de uva.

Em 2005, 6,56% das áreas que eram campo sujo, passaram por uma reconstrução do processo ecológico, ou seja, o restabelecimento das espécies e das funções do ecossistema por sucessão natural (regeneração natural), passando a apresentar características de mata. Porém no mesmo ano, a classe de mata sofreu decréscimo de 19,60%, indicando que houve remoção dessa vegetação natural, e não foram utilizadas para nenhum tipo de cultivo.

De acordo com Lameira & Alencar (2003), entre os fatores que contribuem efetivamente para essa dinâmica, entre áreas de campo sujo e mata, estão a prática de agricultura migratória, o uso rotativo das pastagens, a especulação de terra e a falta de infra-estrutura para o escoamento da produção incentivando praticas extensivas de uso da terra, pois o mesmo ocorre em grande parte da área desmatada anualmente na Amazônia, que é abandonada promovendo a regeneração florestal nos anos seguintes. Schneider et al. (2000) comentam que, atualmente, essa área de abandono abrange aproximadamente 20% da zona úmida da Amazônia.

Fernandes (2005) comenta que, em Portugal, nos inícios da década de setenta já era visível o abandono de áreas significativas do território, designadamente nas regiões de minifúndio, sendo que a superfície plantada anualmente no Continente já reduzira em 23% relativamente ao período de 1960 a 1964, tendo atingido 45% em 1985/88.

Comenta que a recessão demográfica e o conseqüente abandono agrícola tem tido como resultado a ruptura dos sistemas tradicionais de produção e do equilíbrio outrora existente entre área de cultivo e área serrana. Esse fato também vem ocorrendo no município de Louveira, causando um conjunto de impactos negativos, entre outros, a redução significativa da área agrícola local e a erosão dos solos, perda de funcionalidade de todo o sistema, levando ao completo abandono, culminando com o desaparecimento de um patrimônio paisagístico de excepcional valor.

Na tabela 5 é possível observar as áreas de campo sujo que sofreram substituição por outras classes de uso. Do total da área, 0,03% de campo sujo passou a ser cultivada com a cultura de caqui; a porcentagem de 7,04% foi substituída por desenvolvimento urbano; as áreas compostas pela classe de outras frutíferas substituíram 0,15% do campo sujo; e as áreas cultivadas pelas culturas de pêssgo e uva sofreram um acréscimo de 0,06% e 0,52% respectivamente.

Na figura 9 pode-se observar que as reduções ocorridas, no período de 2000 e 2005, nas áreas de campo sujo, estão próximas às concentrações urbanas, onde sua substituição foi ocasionada por este tipo de expansão.

Tabela 5 - Variação relativa, em porcentagem, das classes de uso da terra que foram substituídas pela classe de campo sujo, no período de 2000 a 2005

Classes de uso da terra	Nº de hectares em 2000 das classes de uso da terra	Nº de hectares em 2005 de substituição por campo sujo	Variação relativa de substituição (%)
Campo sujo	3318,32	2842,17	85,65
Caqui	56,18	13,86	24,67
Desenvolvimento urbano	577,33	577,33	0,00
Mata	1007,27	197,40	19,60
Outras frutas	14,72	8,31	56,45
Pêssego	25,88	22,09	85,36
Uva	507,87	239,62	47,18

2.3.5.2 Desenvolvimento urbano

No período estudado, de 2000 a 2005, o desenvolvimento urbano do município de Louveira teve um crescimento de 47,33%, ou seja, da área ocupada de 577,33 ha passou para 850,58 ha. As áreas que mais sofreram urbanização foram as localizadas no entorno das áreas urbanizadas.

No ano de 2000 a área ocupada representava 10,38% do município, em 2005 passou a ocupar 15,16%.

Na dinâmica de classe e uso das terras ocorreram as seguintes transformações: do total da área, 27,45% de campo sujo passou a ser desenvolvimento urbano; a classe de mata apresentou 3,03% a menos de área em detrimento ao desenvolvimento urbano; a área frutícola reduziu em 1,64%, onde foram consideradas todas as culturas.

Observa-se na Figura 10 as áreas onde ocorreram o desenvolvimento urbano no período entre 2000 e 2005. Pode-se verificar que as maiores alterações ocorreram nas áreas de desenvolvimento urbano, e mostra que este desenvolvimento ficou mais concentrado em áreas já ocupadas. Mas em menor proporção verificou-se que o desenvolvimento urbano ocorreu em todo o município, inclusive em áreas de manancial e áreas agrícolas.

Figura 9 - Mapas de uso e ocupação das terras do município de Louveira, com as áreas demarcadas onde ocorreram as maiores alterações da classe de uso de campo sujo no período entre 2000 (a) e 2005 (b)

Figura 10 - Mapa relativo de uso e ocupação das terras do município de Louveira com as áreas demarcadas onde ocorre o desenvolvimento urbano no período entre 2000 (a) e 2005 (b)

2.3.5.3 Mata

As áreas de mata sofreram redução 22,37%, no período estudado. Ou seja, as áreas recobertas por mata em 2000 sofreram redução de 77,63% e aumento de 6,56% em 2005, nas áreas que eram de campo sujo e não foram mais trabalhadas.

Do total da área, 19,60% de mata passou a ser campo sujo, demonstrando que pode ter ocorrido uma tentativa de expansão agrícola, sem um planejamento ambiental prévio, que possibilitasse delimitar as áreas com aptidão adequada ao cultivo, levando ao abandono posterior dessas áreas. As conseqüências desse processo inadequado de expansão que remove a cobertura vegetal natural podem resultar em vários impactos ambientais, tais como modificações climáticas, danos à flora e fauna, descobrimento do solo e remoção da camada fértil, assoreamento dos recursos hídricos, aumento do escoamento superficial da água, redução das infiltrações e erosão.

No desenvolvimento urbano apenas 2,56% das áreas de matas foram substituídas, mostrando que não há uma interferência direta do desenvolvimento urbano nessa classe.

As áreas compostas pela classe de caqui, outras frutíferas, pêssego e uva substituíram apenas 0,21% de mata.

A figura 11 destaca as alterações ocorridas nas áreas de matas, inclusive as áreas que se sobressaem no ano de 2005 por sua regeneração. Essas áreas em 2000 eram campo sujo e, com o processo de regeneração sofreram a alteração de classe de campo sujo para mata.

Figura 11 - Mapa relativo de uso e ocupação das terras do município de Louveira com as áreas demarcadas onde ocorreram as principais alterações da classe de uso de mata no período entre 2000 (a) e 2005 (b)

2.3.5.4 A agricultura do município

Segundo a Casa de Agricultura do município existem atualmente 432 propriedades rurais, totalizando 3.252,8 ha. Desse total 42,24% apresentam área de 10 ha. Porém nem todas as áreas apresentam produção comercial, muitas delas são utilizadas apenas para lazer. Pelo Projeto Lupa da CATI (CATI, 2007), em 2006 o município apresentava 391 áreas consideradas propriedades rurais.

Das cidades pertencentes ao circuito das frutas, a que mais se assemelha em características de desenvolvimento com Louveira, é Vinhedo.

As características da estrutura fundiária dos dois municípios são semelhantes, ambos são caracterizados possuírem uma grande quantidade de pequenas propriedades rurais, com até 10 ha (Figura 12), destinadas ao cultivo de frutas, principalmente de uva, e apresentam mão de obra familiar, de descendência italiana.

Em 1995 Louveira possuía 365 propriedades e Vinhedo 288 e, em 2006, 413 e 322 respectivamente. O crescimento do número de propriedades nos dois municípios, deve-se principalmente pelo desmembramento de terra, em decorrência processos de partilha. Mas ainda hoje Louveira apresenta características mais agrícolas que Vinhedo.

Fonte: CATI, 2007.

Figura 12 – Evolução da estrutura fundiária dos municípios de Louveira (a) e Vinhedo (b) no período entre 1995 e 2006

Fonte: Louveira, 2006.

Figura 13 - Evolução da área cultivada do município de Louveira (SP) no período de 1993 a 2004

Na Figura 13 é possível observar que a área cultivada do município apresentou uma queda acentuada de aproximadamente 37% entre os anos de 1996 e 1997, mantendo-se estável nos outros períodos. Essa queda deve-se ao fato do início do incremento da industrialização, onde houve um deslocamento da mão de obra rural para a indústria e também para o comércio.

2.3.5.5 A fruticultura do município

O município caracteriza-se como produtor de frutas, principalmente de uva para mesa (Niagara Rosada e Branca).

No levantamento realizado, foram encontradas as seguintes espécies de frutíferas: acerola, ameixa, caqui, goiaba, laranja, lichia, macadâmia, manga, maracujá, pêssago, poncã e uva.

As áreas compostas por acerola, ameixa, goiaba, laranja, lichia, macadâmia, manga, maracujá e poncã, foram agrupadas em outras frutíferas por apresentarem baixa ocorrência, pois nenhuma dessas culturas ultrapassam uma área superior a 2 ha.

Tabela 6 - Variação absoluta, em porcentagem, nas áreas cultivadas por espécies frutíferas no período de 2000 a 2005

Classes de uso da terra em 2000	Nº de hectares em 2000 de fruticultura	Nº de hectares em 2005 de fruticultura	Variação absoluta (%)
Caqui	56,18	40,61	-27,71
Outras Frutíferas	14,72	6,18	-58,02
Pêssego	25,88	3,43	-86,75
Uva	507,88	275,91	-45,67
Total	604,66	326,13	-46,06

A tabela 6 mostra que em 2000 a área total ocupada pela fruticultura era de 604,66 ha, já em 2005 essa área passou para 306,82 ha, apresentando uma redução de 46,06% da área cultivada por espécies frutícolas. Dessa redução ocorrida, a cultura que sofreu o maior impacto foi o pêssego, com 86,75% de área; seguido pela classe das outras frutíferas com redução de 58,02%. A uva reduziu a sua área cultivada em 45,67%, mas ainda é a cultura de maior expressão do município. O caqui foi a cultura com menor impacto de área plantada. Na figuras14 possível é observar que houve uma redução nas áreas cultivadas por fruticultura, principalmente nas áreas limítrofes a regiões de desenvolvimento urbano, no período entre 2000 e 2005.

Figura 14 - Mapa de uso e ocupação das terras do município de Louveira em 2000 (a) e 2005 (b), com áreas demarcadas, onde ocorreu maior redução da área cultivada com espécies frutícolas

2.3.5.5.1 A cultura do caqui

Na cultura do caqui ocorreu uma redução de 27,68% na área total plantada no município. Desse total, 2,42 ha foram suprimidos em prol do desenvolvimento urbano e 0,15 ha foram substituídos por outras culturas frutícolas. A classe responsável pela maior redução foi a área de campo sujo, indicando que houve abandono de área de produção dessa cultura.

No período estudado apenas 0,86% de área de campo sujo, voltou a ser cultivada por caqui, sendo que foram destinadas a pousio, e por essa razão voltaram a ser cultivadas.

Alguns fatores responsáveis por essas redução no cultivo, podem estar relacionados com o baixo consumo *per capita* no Brasil, o curto período de colheita, a alta perecibilidade dos frutos e o mercado regionalizado, que fazem com que a oferta do caqui no período de safra seja muito maior que a demanda, ocasionando queda de preços e perdas do produto. Outro fator importante é a colheita, que por ser seletiva, ocupa muita mão-de-obra e geralmente começa em fevereiro e termina em agosto (Silva et al., 2005).

No estudo realizado pelos mesmos autores estruturas especializadas, como *packing house* que atendam às exigências do mercado externo são poucas e concentram-se no EDR de Campinas.

Na figura 15 pode-se observar onde ocorreu as reduções das áreas cultivadas com caqui, no período entre 2000 e 2005.

Figura 15 - Mapa relativo de uso e ocupação das terras do município de Louveira mostrando as áreas onde houve alteração da classe de uso de caqui no período entre 2000 (a) e 2005 (b)

2.3.5.5.2 Outras frutíferas

As áreas cultivadas com a classe de outras frutíferas em 2000 foi reduzida em 36,24%, principalmente pelo abandono dessa atividade áreas, cerca de 56,45% da área cultivada com essa classe foi substituída por campo sujo.

Com o desenvolvimento urbano que cresceu 4,19% de seu total em áreas pertencentes a essa classe, contribuiu para essa redução.

Um fato interessante observado foi que 36,24% do total dessa classe, foram substituídos por outras culturas, demonstrando o interesse do produtor local de diversificar. Como esses produtores são tradicionalistas, fazem plantios de culturas novas, de forma empírica, sem consultar os órgãos competentes, acarretando em muitas tentativas frustradas.

Outro fator que deve ser ressaltado foi a ocorrência do plantio de uva em 3,12% dessas áreas. Como a uva é a cultura de maior expressão no município, e o fruticultor já possui o conhecimento das técnicas de cultivo, a cada tentativa negativa de diversificação há uma tendência do retorno às culturas de origem.

Na Figura 16 pode-se verificar que essas culturas apresentam pequenas áreas distribuídas por todo o município, com pouca representatividade para a agricultura do município.

Figura 16 - Mapa relativo de uso e ocupação das terras do município de Louveira mostrando as áreas onde ocorreu alteração da classe de uso de outras frutíferas no período entre 2000 (a) e 2005 (b)

2.3.5.5.3 A cultura do pêssego

A cultura do pêssego também reduziu em 22,09 ha, que se tornaram campo sujo. O desenvolvimento urbano foi responsável pela redução de 0,98 ha. Em 2000, área plantada era de 25,88 ha e em 2005 ficou reduzida a 6,23 ha. Esses diferem totalmente dos dados do IBGE de 2002 onde a área plantada com pêssego no município era de 16 ha e que em 2004, era de 21 ha.

Na dinâmica de substituição das classes de uso, o pêssego teve uma área de plantio de 1,98 ha, ocupando antigas áreas de campo sujo, 0,13 ha que pertenciam ao caqui, 0,89 ha que pertenciam a mata e 2,8 ha onde ocorreram novos plantios, em 2000 (Figura 17).

Segundo a EMBRAPA (2007) a área plantada no Estado de São Paulo é de 3.266 ha com produtividade de 10,77 ton por ha, segundo dados do IBGE, em 2004 o município apresentou produtividade média de 18 ton por ha, bem acima da média estadual. Esse aumento de produtividade está diretamente ligado a novos plantio, onde foram utilizadas variedades mais adaptadas à região.

Figura 17 - Mapa relativo de uso e ocupação das terras do município de Louveira mostrando as áreas de redução da classe de uso de pêssego no período entre 2000 (a) e 2005 (b)

2.3.5.5.4 A cultura da uva

A cultura da uva é considerada a mais importante do município, em 2000 a área plantada era de 507,87 ha e em 2005 passou a ser de 257,48 ha. Desse total 9,93 ha foram substituídos pelo desenvolvimento urbano; 239,62 ha foram abandonados, pois passaram à classe de campo sujo.

Houve alguns novos plantios que totalizaram 18,43 ha, e também algumas áreas que haviam sido abandonadas para o uso agrícola foram retomadas para o plantio de uva, isso mostra que a cultura regional ainda mantém-se tradicional a esse tipo de cultivo, impedindo o produtor a diversificação.

Essa considerável redução na área plantada de 50,7% pode ser explicada por diversos fatores: a urbanização, o valor da terra e a industrialização. Além desses fatores, especificamente para a uva ocorreu também variações de preço e aumento de custo de produção e despesas.

Entre 1995 e 2002, Ghilardi & Maia (2004) verificaram que a variações dos preços médios anuais da CEAGESP apresentaram elevada estabilidade ao longo do ano. A média dos preços nesse período foi de R\$ 7,61 por caixa de 6,0 kg, e as variações anuais, de apenas 12,6% para o preço máximo (R\$ 8,57) e de 15,0% para o mínimo (R\$ 6,47). A oferta do produto, além de concentrada, é dependente dos tratamentos fitossanitários e das condições climáticas, com grande suscetibilidade de preços dependem dos volumes de produção. Ao longo de cada safra, esse aspecto é ainda mais acentuado e os preços evoluem inversamente às quantidades comercializadas. Em valores reais, ou seja, descontando-se a inflação, os preços médios da CEAGESP para os anos civis apresentaram redução, sistemática e acentuada desde, 1995 a 2002.

Em dados obtidos por Ghilardi & Maia (2001) verificou-se que houve um significativo aumento (29,9%) no custo operacional total da cultura e de 35,0% nas despesas entre as safras 1999/2000 e 2002/2003.

Ghilardi & Maia (2003) comentam que na produção da safra paulista de uva em 2002/2003 situou-se em 176,7 mil toneladas com acentuada redução (23,8%) em relação à safra 2001/2002 (231,8 mil toneladas), em razão principalmente das condições climáticas desfavoráveis no segundo semestre de 2002, sendo que a maior

queda na produção ocorreu na uva comum para mesa (33,5%), que caiu de 126,7 para 84,3 mil toneladas.

Na média dos anos-safras (2000/01 a 2002/03), 65% da comercialização na CEAGESP ocorreu na safra das águas, com apenas 10% das transações na entressafra e 25% no período das podas verde e temporã. Na época dessas duas colheitas, os preços em geral são poucos superiores aos vigentes durante a safra das águas, registrando-se um patamar de preço bem mais elevado durante a entressafra (Ghilardi & Maia, 2004).

Na região a venda do produto é efetuada principalmente nas propriedades, sendo inclusive usual parcela da produção ser vendida em caixas retornáveis, cedidas pelo comprador (atacadista), acarretando significativa redução do uso de mão-de-obra e dos dispêndios com materiais. No curto prazo, essa prática contribui para melhoria do fluxo de caixa dos produtores, elevação da rentabilidade da atividade e aumento das remunerações dos proprietários e dos meeiros. Por outro lado, há que se ressaltar que, a médio e longo prazo, remunerações mais favoráveis deverão estar atreladas a uma comercialização que privilegie a qualidade do produto. Nessa questão, a classificação, a embalagem e o certificado de origem, que garantem a rastreabilidade do produto, são elementos essenciais a serem considerados no gerenciamento da produção.

Esses dados demonstram a diminuição da rentabilidade do produtor com o cultivo da uva Niagara e ajudam a explicar a redução da área plantada no município de Louveira (Figura 18).

2.3.5.6 Dinâmica das classes de uso e da terra do município

Na Tabela 7 pode-se observar um resumo da dinâmica de substituição das classes de uso da terra, com a redução de área por substituição de classe (a) e com o aumento de área por substituição de classe (b) no período de 2000 a 2005.

Figura 18 - Mapas relativos de uso e ocupação das terras do município de Louveira mostrando as áreas onde ocorreram as alterações da classe de uso de uva no período entre 2000 (a) e 2005 (b)

Tabela 6 – Dinâmica de substituição das classes de uso da terra, com a redução de área por substituição de classe (a) e com o aumento de área por substituição de classe o período de 2000 a 2005 (em hectares)

		Redução de área por substituição de classe						Total de área reduzida	
		Campo sujo	Caqui	Mata	Outras frutíferas	Pêssego	Uva		
a	Campo sujo		0,86	217,79	4,83	1,98	17,2	476,15	
	Caqui	13,86		0	0	0,13	0,24	16,65	
	Mata	197,4	0,02		0,47	0,89	0,75	225,28	
	Outras frutíferas	8,31	0	0		0	3,12	12,05	
	Pêssego	22,09	0	0	0		0	23,07	
	Uva	239,62	0,01	0	0,42	0,43		250,41	
		Aumento de área por substituição de classe						Total de área ampliada	
		Campo sujo	Caqui	Mata	Outras frutíferas	Pêssego	Uva		
	Campo sujo			13,86	197,42	8,31	22,09	239,62	481,3
b	Caqui	0,86			0,02	0	0	0,01	0,89
	Desenvolvimento urbano	233,49		2,42	25,25	0,62	0,98	9,93	272,69
	Mata	217,70		0		0	0	0	217,79
	Outras frutíferas	4,83		0	0,47		0	0,42	5,72
	Pêssego	1,98		0,13	0,89	0		0,43	4,43
	Uva	17,20		0,02	0,75	0,46	0	257,48	18,43

3 CONCLUSÕES

- O município apresentou intensa urbanização nas últimas décadas.
- A área urbanizada foi ampliada nas regiões limítrofes.
- A urbanização não ocorreu em áreas de mata.
- A urbanização ocorreu em áreas cultivadas principalmente com uva e pêssego.
- A redução do cultivo do caqui foi causada principalmente pelo abandono das áreas cultivadas.
- A fruticultura vem envolvendo no município.
- As áreas cultivadas foram abandonadas
- O incremento da industrialização ocasionou o deslocamento da mão de obra rural para a indústria e comércio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas de campo sujo mantiveram-se estáveis quanto à porcentagem de cobertura, mas essa estabilidade ocorreu porque outras classes de uso passaram a ser campo sujo, indicando um abandono em áreas cultivadas.

Há necessidade de um acompanhamento mais detalhado nas áreas de diversificação, para incentivar a utilização de espécies adequadas à região, com o acompanhamento de todas as fases – do plantio à forma de comercialização – a fim de evitar a ocorrência de novos abandonos de áreas cultivadas.

Existe a possibilidade de que outros municípios pertencentes ao circuito das frutas possam estar passando, também, por uma involução da fruticultura.

As análises utilizadas no trabalho para Louveira deveriam ser aplicados a esses municípios, para essa verificação.

REFERÊNCIAS

- ABDO, M.; REDONDO, R.M.S. **Treinamento dos monitores** – In: FESTA DA UVA DE LOUVEIRA, 38. Louveira: Plan Consultoria e Planejamento em Turismo, Lazer & Eventos, 2004. 85 p.
- ALVAREZ, K.D. **Estudo da função produção de uva Niagara no Estado de São Paulo**. São Paulo: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 1984. 1 v.
- AMARO, A.A.; MAIA, M.L. Produção e comércio de laranja e de suco no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 27, n. 7, p. 11-23, 1997.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ - ABIC. **O Café No Brasil** Disponível em: < <http://www.abic.com.br> >. Acesso em: 2 jan. 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE CITRUS – ABECITRUS. Disponível em: <www.abecitrus.com.br>. Acesso em: 9 jan. 2007.
- BERNARDES, A. **Desmetropolização**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/consnac/ocupa/procurb/desmet/index.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2007.
- BEZERRA, J.E.F.; LEDERMAN, I.E.; PEDROSA, A.C.; DANTAS, A.P.; NETO, L.G.; PEREIRA, R.C.A.; NETO, M.L.M. Coleta e preservação de espécies frutíferas tropicais nativas e exóticas em Pernambuco. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE RECURSOS GENÉTICOS DE ESPÉCIES HORTÍCOLAS, 1990, Campinas. **Anais...** Campinas: Fundação Cargill, 1990. p. 140-147.
- BIANCHI, C.G.; GRAZIANO, T.T. Caracterização e análise das áreas verdes urbanas de Jaboticabal – SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1.; ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4., 1992, Vitória. **Anais...** Vitória: Prefeitura, 1992. v.2, p. 225-237.
- BUENO, S.C.S.; KAWAKAMI, K. **Cultura do caqui**. In: DIA DE CAMPO SOBRE A CULTURA DO CAQUI. Guararema: Casa de Agricultura de Guararema/SP, 2000. 1 v.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA. Disponível em: <http://www.camaralouveira.sp.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2007.
- CATI. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2003.
- CATI. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2007.
- DAVIS, F.; ALBRIGO, L. **Citrus**. Wallingford: CAB Internacional, 1994, 245 p.

DETZEL, V.A. Arborização urbana: importância e avaliação econômica. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1.; ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4., 1992, Vitória. **Anais...** Vitória: Prefeitura, 1992. v.1, p. 39-52.

DONZELLI, P.L.; VALÉRIO FILHO, M.; PINTO, S.A.F.; NOGUEIRA, F.P.; ROTTA, C.L.; LOMBARDI NETO, F. **Técnicas de sensoriamento remoto aplicadas ao diagnóstico básico para planejamento e monitoramento de microbacias hidrográficas.** Campinas: Documentos IAC, 1992. 29 p.

EMBRAPA. **Cultivo de pêssego.** Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pessegueiro/CultivodoPessegueiro/>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

EMPLASA. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2003.

EXPLOREVALE. Disponível em <<http://www.explorevale.com.br>>. Acesso em: 22 jan. 2007.

FANTIN, G.M. **Êxodo rural e urbanização.** Campo Mourão PR: UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=texto&idT=135>>. Publicado em 10/09/2003. Acesso em: 20 abr. 2007.

FAO. **FAOSTAT: Statistic Database.** Disponível em: <<http://apps.fao.org>>. Acesso em: 16 out. 2004.

FAUSTO, B. **Imigração.** Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em: 2 jan. 2007.

FERNANDES, M.J.P. **Abandono agrícola:** um problema de segurança e defesa nacionais. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2005. (Série Estudos e Documentos, 11).

FIORAVANCO, J.C.; PAIVA, M.C. Competitividade e fruticultura brasileira. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 32, n. 7, p. 24-40, jul., 2002.

FNP CONSULTORIA & COMÉRCIO. **Agrianual, 2000:** anuário estatístico da agricultura brasileira. São Paulo, 2000. 546 p.

FNP CONSULTORIA & COMÉRCIO. **Agrianual, 2001:** anuário estatístico da agricultura brasileira. São Paulo, 2001. 545 p.

FNP CONSULTORIA & COMÉRCIO. **Agrianual, 2004:** anuário estatístico da agricultura brasileira. São Paulo, 2004. 496 p.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2007.

GERALDOGOVERNADOR. Disponível em: <<http://www.geraldogovernador.com.br>>. Acesso em: 28 jul. 2003.

GHILARD, A.A.; MAIA, M.L. Tecnologia, custo de produção e rentabilidade do cultivo de uva niagara no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 12, p. 48-64, dez., 2001.

GHILARD, A.A.; MAIA, M.L. **Estimativa de custo de produção e de despesa da cultura de uva niagara no Estado de São Paulo, Safra 2002/2003**. Disponível em: www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=235. Publicado em 01/07/2003. Acesso em: 01 jul. 2003.

GHILARD, A.A.; MAIA, M.L. Evolução dos preços de uva niagara nas safras 1995/96 a 2002/031. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 90-92, jan., 2004.

GIBOSHI, M.L. **Sistema de apoio ao processo de decisão para a gestão do uso agrícola da terra**. 2005. 79 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GROSSI, M.E.D. Êxodo urbano também acontece. **Urbanização Estatística**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/grural/urbestat.html>>. Publicado em mai 2001. Acesso em: 20 abr. 2007.

HAMM, A. Mudança de padrões. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 43-45, ago., 2001.

HASSLER, M.L. O êxodo rural como fator de ocupação territorial no bairro São José de Passo Fundo / RS. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v.4, n.1, p.23-30, jun., 2006. Disponível em <<http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

HORTIBRASIL. **Programa Brasileiro para a Modernização da Horticultura**. Disponível em: <<http://www.hortibrasil.org.br>>. Acesso em: 27 maio 2006.

IBRAF. **Instituto Brasileiro de Fruticultura**. Disponível em: <<http://www.ibraf.org.br>>. Acesso em: 14 jan. 2007.

IMESP. Disponível em: <<http://www.imesp.com.br>>. Acesso em: 28 jul. 2003.

INGLEZ DE SOUSA, J.S. A viticultura paulista no século XIX. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22/28 jul. 1948. Suplemento Agrícola, p. 13.

INGLEZ DE SOUSA, J.S. **Cultura da videira**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955. 295 p.

INGLEZ DE SOUSA, J.S. **Origens do vinhedo paulista**. Jundiaí: Prefeitura Municipal de Jundiaí, 1959. 319 p.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS – IAC. Disponível em:
<<http://www.iac.sp.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2003.

JACQUET, C. Urbanização e emprego doméstico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 52, p. 163-184 jun. 2003.. Disponível em:
<<http://pessoal.educacional.com.br/up/4770001/1306260/t1313.asp>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

JUNDIAI. **A agricultura em Jundiaí, 1615-1979**. Jundiaí: Casa da Agricultura de Jundiaí, 1970. 80 p.

LAMEIRA, W.J.M.; ALENCAR, A. Resposta da vegetação secundária à implantação de infraestrutura viária na amazônia: estudo de caso da cuiabá-santarém. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 11., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: INPE, p. 1843 - 1845.

LOUVEIRA. Lei n. 752/84. Estabelece normas para parcelamento, uso e ocupação do solo do município. **Departamento de Administração**, Louveira, 30 maio 1984. p. 1-18.

LOUVEIRA. **Plano diretor de desenvolvimento integrado**. Louveira: Caderno de suporte técnico. 1992. 142 p.

LOUVEIRA. Lei n. 1.172/94. Edita a planta genérica de valores e dá outras providências. **Secretaria de Administração**, Louveira, 28 nov. 1994. p. 1-7.

LOUVEIRA. **Diretrizes de planejamento urbano**. Louveira: POLITÉCNICA Engenharia de Estudos, Projetos e Planejamento, 1999. 167 p.

LOUVEIRA. Lei Complementar n. 1.627/2002. Dispõe sobre a atualização dos valores constantes das tabelas I e XV da Lei complementar n. 1.292/97, alterada pela Lei Complementar n. 1.545/01, nas Tabelas I e II, para efeito de lançamento dos impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana do município de Louveira, no exercício de 2003. **Secretaria de Administração**, Louveira, 26 dez. 2002a. p. 1-2.

LOUVEIRA. **Histórico do município de Louveira**. Louveira: Câmara Municipal de Louveira, 2002b. 21 p.

LOUVEIRA, Casa da Agricultura e Prefeitura Municipal de Louveira. **Plano da microbacia hidrográfica – córrego engenho seco**. Louveira: CATI. 2003a. 1 v.

LOUVEIRA. Disponível em: <<http://www.louveiranet.com.br>>. Acesso em: 21 jan. 2003b.

LOUVEIRA. **Lei orgânica do município de Louveira de 02 de dezembro de 2004.** Emenda à lei orgânica nº 09/04. Louveira: Câmara Municipal de Louveira. Título VI do planejamento municipal, capítulo VI da política rural, art. 254 e 255.

LOUVEIRA. Decreto n. 2884, de 26 de janeiro de 2005. Fixa os valores constantes das tabelas I e XV da Lei complementar n. 1.292/97, com alterações posteriores, para efeito de lançamento dos impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana do município de Louveira, no exercício de 2005. **Secretaria de Administração**, Louveira, 26 jan. 2005a. p. 1-2.

LOUVEIRA. **Mapa de zoneamento.** Louveira: Prefeitura Municipal de Louveira, 2005b. 1 mapa. Escala 1:10.000.

LOUVEIRA. **Lei do plano diretor estratégico.** Louveira: Emplasa. 2006. 239 p.

MACEDO, R.K. **A importância da avaliação ambiental.** Análise ambiental: uma visão multidisciplinar. São Paulo, v. 1, p. 13-31, 1995.

MAGNOLI, D.; ARAÚJO, R. **Projeto de ensino de geografia.** Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/index.php?p=texto&&idT=135>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

MAGUIRRE, D.J.; GOODCHILD, F.M.; RHIND, D.W. **Geographical information systemns.** Principles and applications, Londres, v. 1, 1991. 649 p.

MAIA, M.L.; AMARO, A.A. Evolução dos preços de uva niagara nas safras 1995/96 a 2002/03. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 33-48, jan., 2004.

MAIA, M.L.; AMARO, A.A.; GONÇALVES, J.S.; SOUZA, S.A.M. Produção e mercado de pêra e pêsego no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 33-48, fev., 1996.

MARTINS, F.P.; PEREIRA, M.P. **Cultura do caquizeiro.** Jaboticabal: Funep, 1989. 71 p.

MATTOS, D.L. **Vinhedos e viticultores de São Roque e Jundiá.** São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas – USP, 1958. 194 p. (Boletim, 2).

MENDONÇA, I.F.C. **Adequação do uso agrícola e estimativa da degradação ambiental das terras da microbacia hidrográfica do Riacho Una, Sapé-PB.** 2005. 155 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo, HUCITEC/Polis, 1984. 392 p.

MORAES, J.F.L.; MOLIN, J.P.; FREITAS, J.G. **Uso de GPS na Agricultura.** Jundiá: Apostila de Curso. IAC, 2003. 18 p.

NACHTIGAL, J.C. Avanços tecnológicos na produção de uvas de mesa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 10., 2003. Bento Gonçalves-RS. **Anais...** Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2003. p. 167-170.

NEVES, E.M.; BOTEON, M. Impactos alocativos distributivos na citricultura. **Preços Agrícolas**, Piracicaba, n. 136, p. 3-6, fev. 1998.

OJIMA, M. **Fruticultura de clima temperado no estado de São Paulo**: diagnóstico da situação econômica e cultural e atividades de pesquisa no IAC. Campinas: IAC, 1984. 72 p.

OLIVEIRA, O.L.; TARTAGLIA, J.C. **Agricultura e interiorização do desenvolvimento em São Paulo**. Araraquara: UNESP, ILCSE, Departamento de Economia, 1987. 1 v. (Mimiografado).

PEREIRA, E.C.; FILIPPINI, E. **Cem anos de imigração italiana em Jundiaí**. Jundiaí: Estudio RO, 1988. 119 p.

PIO, R.; SCARPARE FILHO, J.A.; MOURÃO FILHO, F.A.A. **A cultura do caqui**. Piracicaba: ESALQ, 35 p. 2003. (Série Produtor Rural, n. 23).

PLANETA ORGÂNICO. Disponível em:
<<http://www.planetaorganico.com.br/fruticultura.htm>>. Acesso em: 9 jan. 2007.

POMMER, C.V. **Uva**: tecnologia de produção, pós-colheita, mercado. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2003. 778 p.

POMMER, C.V.; PASSOS, I.R.S.; TERRA, M.M.; PIRES, E.J.P. **Variedades de videira para o Estado de São Paulo**. Campinas: Instituto Agrônomo, 1997. 59 p. (Boletim Técnico, 166).

POMPERMAYER, R.S. **Aplicação da análise multicritério em gestão de recursos hídricos: simulação para as bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí**. 2003. 137 p. Dissertação (Mestrado em Água e Solo) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA. Disponível em:
<<http://www.louveira.sp.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2007.

PROGRAMA SETORIAL INTEGRADO DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS. Disponível em: <<http://www.brazilianfruit.org>>. Acesso em: 15 set. 2001.

RECCO, C. **Temática, historia de São Paulo**. História do Brasil, Historianet, Disponível em: <<http://www.historianet.com.br>>. Acesso em: 2 jan. 2007.

SANTOS, R.S. **Gerenciamento Ambiental**. Campinas: UNICAMP. 1998. 1 v. (Mimiografado).

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Informações Técnicas. **Inventário Florestal do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Florestal, 1993. 65 p.

SCARPARE FILHO, J.A.; KLUGE, R.A.; TAVARES, S. **A cultura do pessegueiro**. Piracicaba: ESALQ, 2003. 48 p. (Série Produtor Rural, 21).

SCHNEIDER, R.; ARIMA, E.; VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P.; SOUZA JR. C. **Amazônia sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural**. Brasília: Banco Mundial, 2000. 58 p.

SEMEGHINI, U.C. **Campinas (1860 a 1980): agricultura, industrialização e urbanização**. 1988. 282 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Engenharia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

SILVA, P.R.; BAPTISTELLA, C.S.L.; FRANCISCO, V.L.F.S. **A cultura do caqui em São Paulo**. Disponível em: < <http://www.iea.sp.gov.br> >. Publicado em 15/06/2005. Acesso em: 28 jan. 2007.

SIMÃO, S. **Tratado de fruticultura**. Piracicaba: FEALQ, 1998. 760 p.

SOARES, M.D.O.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; FAGNANI, M.A. **Políticas públicas, desenvolvimento local e agroturismo: um estudo no bairro da Abadia em Louveira, São Paulo – Brasil**. Grupo de Trabajo – 20 – Turismo y desarrollo local. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6568>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

SOUSA, J.S.I. de, **Uvas para o Brasil**. 2. ed. Piracicaba: FEALQ, 1996. 791p.

TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Tese (Livre-Docência), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986. 160 p.

UFLA. **Fruticultura: tecnologia de produção, gerenciamento e comercialização**. Lavras: UFLA/D4 Videographics, 2000. 1 CD-ROM.

VALE, S. **Bacia do Rio Jundiaí**. Campinas: Editora Komedi, 2006. 144 p.

VALÉRIO FILHO, M. Gerenciamento de bacias hidrográficas com aplicação de técnicas de geoprocessamento. In: TAU-K-TORNISIELO, S.M.; GOBBI, N.; FORESTI, C.; LIMA, S.T. **Análise ambiental-estratégias e ações**, São Paulo: CEA/UNESP (Rio Claro-SP), 1995. 381 p.

VINHEDO. **Histórico do município de Vinhedo**. Vinhedo: Prefeitura Municipal. Secretaria do Comércio, Indústria e Turismo, 2000. 15 p.

ZAMBÃO, L.C.; NETO A.M.B. **Cultura da goiaba**. Campinas: CATI, 1998. 23 p. (Boletim Técnico, 236).

ANEXOS

ANEXO A

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA APROVA E EU, DR. ELEUTÉRIO BRUNO MALERBA FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE LOUVEIRA, ESTADO DE SÃO PAULO, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

LEI Nº 1.172/94

CÓDIA

Edita a Planta Genérica de Valores e dá outras Providências.

Artigo 1º:- Fica aprovada a Planta Genérica de Valores de imóveis situados na Zona Urbana e de Expansão Urbana do Município de Louveira e que, devidamente rubricada, faz parte integrante desta Lei Complementar.

Artigo 2º:- O valor venal dos imóveis urbanos será obtido pela soma dos valores venal do terreno e da construção, se houver, em conformidade com as normas e métodos ora fixados e com o Modelo de Avaliação Imobiliária do Município de Louveira que, devidamente rubricado, fica fazendo parte integrante desta Lei Complementar.

DA AVALIAÇÃO DOS TERRENOS

Artigo 3º:- O valor venal do terreno corresponderá ao resultado da multiplicação de sua área pelo valor unitário do metro quadrado, constante em código por face de quadras da Planta Genérica de Valores referida no Artigo 1º, aplicado, simultaneamente, os fatores de correção previstos nas Tabelas I a VI, desta Lei Complementar.

Parágrafo único:- No caso de lotes de uma ou mais esquinas e de lotes com duas ou mais frentes, será adotado o valor unitário do metro quadrado de terreno nas seguintes condições:

Segue Fl. 02

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 02

CONT. LEI Nº 1.172/94**CÓPIA**

I - Quando se tratar de imóvel construído, o do logradouro relativo à sua frente ou, havendo mais de uma, a principal.

II - Quando se tratar de imóvel não construído o do logradouro relativo à frente, indicada no título de propriedade ou na falta, ao logradouro de maior valor.

Artigo 4º:- São expressos em UFM (Unidade Fiscal do Município), na Tabela I anexa a esta Lei Complementar, os valores unitários do metro quadrado de terreno, correspondentes / às Faces de Quadras e respectivos códigos de valores, constantes da Planta Genérica de Valores de Terrenos.

Artigo 5º:- No cálculo do valor venal de lote encravado ou de fundos, será adotado o valor unitário do metro quadrado de terreno correspondentes ao logradouro de acesso, aplicado o fator de correção previsto na Tabela II, desta Lei complementar.

§ 1º:- Considera-se lote encravado ou de fundos o que possuir como acesso, unicamente, passagem de pedestres com largura de até 4,00 m.

§ 2º:- Havendo mais de um logradouro de acesso prevalecerá, para os efeitos deste artigo, aquele que possuir o maior valor unitário.

Artigo 6º:- O valor unitário em metro quadrado de terreno, de que trata a Tabela I, será valorizado em função da quantidade de equipamentos urbanos existentes no logradouro ou trecho de logradouro, aplicando-se, para tanto, o fator de valorização estabelecido pela Tabela III, anexa a esta Lei Complementar.

Segue Fl. 03 |

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 03

CONT. LEI Nº 1.172/94**CÓPIA**

§ 1º - O fator de valorização de que trata a Tabela III será obtido pela soma dos coeficientes atribuídos pela Comissão de Valores a cada um dos equipamentos urbanos relacionados na referida Tabela adicionando ao resultado o coeficiente 1,00.

§ 2º: - Para logradouro ou trechos de logradouro sem equipamentos urbanos será aplicado o fator de valorização unitário (igual a 1,00).

Artigo 7º:- A influência da topografia, superfície e acessibilidade no cálculo do valor venal de terrenos se fará através da aplicação da Tabela IV anexa a esta Lei Complementar.

Parágrafo único:- Os fatores objeto deste Artigo serão aplicados simultaneamente.

Artigo 8º:- A influência da profundidade será considerada a partir da profundidade equivalente do lote padrão do Município, até o seu dôbro, de conformidade com a Tabela V / anexa a esta Lei Complementar.

Parágrafo único:- Fixa-se em 25,00 m. (Vinte e Cinco Metros) a profundidade equivalente do lote padrão do Município.

Artigo 9º:- Na determinação da profundidade equivalentes de terrenos situados em esquinas será considerada:

I - A testada que corresponder à frente principal do imóvel, quando construído.

II - A testada que corresponder à sua frente indicada no título de propriedade ou, na sua falta, à frente que corresponder ao maior valor unitário de terreno, quando não construído.

Segue Fl. 04

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 05

CONT. LEI Nº 1.172/94**CÓPIA**

Artigo 16:- A área construída total (bruta) será obtida através da medição dos contornos externos das paredes ou pilares, computadas as superfícies denominadas dependências em geral e "terraços", cobertos ou descobertos, de cada pavimento.

Parágrafo único:- As piscinas serão consideradas como área construída, e serão incorporadas na área de construção principal do imóvel.

Artigo 17:- O valor unitário de Construção será obtido pelo enquadramento das edificações em um dos tipos, categorias ou padrões constantes da Tabela XV anexa a esta Lei Complementar.

§ 1º:- Para a determinação do tipo de Construção será considerada a destinação original independente de sua utilização atual.

§ 2º:- O Padrão da construção será obtido em função das características construtivas e de acabamento predominantes existentes no imóvel.

Artigo 18:- Os fatores de correção objeto do Artigo 13 serão aplicados simultaneamente, no que couberem, ao valor unitário básico da edificação.

Artigo 19:- Para a aplicação do fator de absolescência de que trata a Tabela XVII é considerada a idade do prédio ou da área construída predominante.

§ 1º:- A determinação da idade do prédio será feita preferencialmente através da utilização de documentos oficiais em poder da Prefeitura, tais como "Habite-se", "Certidão de Regularização", etc., e complementarmente, se necessário, através de vistorias no imóvel, ou nos imóveis, para a fixação da data provável da construção.

§ 2º:- As edificações terão idade:

Segue Fl. 06

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 06

CONT. LEI Nº 1.172/94**CÓPIA**

I - Reduzidas de 20% (Vinte por cento) nos casos de reforma parcial, com ou sem ampliação de área.

II - Contadas a partir da conclusão da reforma ou da ampliação, quando esta for substancial.

Artigo 20:- O Artigo 1º da Lei nº 981/89, passa a vigorar com a seguinte redação:

No cálculo do imposto predial e territorial urbano, a alíquota a ser aplicada sobre o valor venal do imóvel será de:

I - Para os imóveis não construídos, ou de construção temporária e removível e, ainda, os que possuir construções condenadas e sem uso para o fim constante da planta aprovada, a alíquota será igual a 3% sobre o valor venal territorial, apurado na forma desta Lei Complementar.

II - Para os imóveis construídos, serão aplicadas as alíquotas de 2% sobre o valor venal territorial apurado em acordo com esta Lei Complementar e 1% sobre o valor venal predial apurado na forma da presente Lei Complementar.

Parágrafo único:- O lançamento de que cuida o inciso II, será realizado concomitantemente.

Artigo 21:- Para apuração do ITBI será considerado o valor venal em 01/01/95, atualizado sempre monetariamente na data da transação.

Artigo 22:- O Poder Executivo editará instruções ou Regulamentações eventualmente necessárias à aplicação da presente Lei Complementar.

Artigo 23:- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação e terá eficácia a partir de 01 de Janeiro de 1.995, revogando-se o Artigo 1º da Lei nº 981/89 que

Segue Fl. 07

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 07

CONT. LEI Nº 1.172/94**CÓPIA**

deu nova redação ao Artigo 14 da Lei nº 617/79 e ao Artigo 1º da Lei nº 773/84, a Lei nº 976/89 e as disposições em contrário.

Louveira, 28 de Novembro de 1.994

DR. ELEUTÉRIO BRUNO MALERBA FILHO
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração em 28 de Novembro de 1.994.

ELENICE MARIA COLETTI BONETTO
Secretária de Administração

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

T A B E L A I

CÓPIA

VALOR UNITÁRIO DE TERRENOS

<u>ZONA DE</u>	<u>U.F.M. POR</u>	<u>CÓDIGO</u>
<u>VALORIZAÇÃO</u>	<u>M²</u>	<u>VALOR M²</u>
001	1,0920	34
002	0,9100	33
003	0,9100	31
004	0,6800	46
005	0,5680	28
006	0,2063	29
007	0,6982	47
008	0,1760	25
009	- 0 -	- 0 -
010	0,3550	19
011	0,8633	24
012	0,2266	23
013	0,2266	20
014	- 0 -	- 0 -
015	- 0 -	- 0 -
016	0,3640	21
017	0,5480	45
018	- 0 -	- 0 -
019	0,1780	10
020	0,2205	51

Segue Fl. 02

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 02

T A B E L A I

CÓPIA

VALOR UNITÁRIO DE TERRENOS

<u>ZONA DE</u> <u>VALORIZAÇÃO</u>	<u>U.F.M. POR</u> <u>M²</u>	<u>CÓDIGO</u> <u>VALOR M²</u>
021	- 0 -	- 0 -
022	0,2320	09
023	0,1860	12
024	- 0 -	- 0 -
025	- 0 -	- 0 -
026	0,1080	04
027	0,1779	08
028	- 0 -	- 0 -
029	0,3930	15
030	0,9100	32
031	0,0859	07
032	0,5460	26
033	0,5460	26
034	0,3930	48
035	0,6799	06
036	- 0 -	- 0 -
037	- 0 -	- 0 -
038	- 0 -	- 0 -
039	0,1780	10
040	1,0920	34

Segue Fl. 03 ...

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 03

TABELA I

CÓPIA

VALOR UNITÁRIO DE TERRENOS

<u>ZONA DE</u>	<u>U.F.M. POR</u>	<u>CÓDIGO</u>
<u>VALORIZAÇÃO</u>	<u>M²</u>	<u>VALOR M²</u>
041	0,6800	46
042	0,5683	53
043	0,6800	52
044	0,5155	49
045	0,3741	16
046	0,3930	48
047	0,1130	05
048	0,2160	14
049	0,2160	13
050	0,3080	17
051	0,1853	50
052	- 0 -	- 0 -
053	0,0568	02
054	0,0852	43
055	- 0 -	- 0 -
056	0,6500	41
057	0,3741	42
999	0,1941	22

.....

ANEXO B

Prefeitura Municipal de Louveira
Estado de São Paulo

A CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA APROVA E EU, JOSÉ CARLOS KARMANGHIA MARTINS DE TOLEDO, PREFEITO MUNICIPAL DE LOUVEIRA, ESTADO DE SÃO PAULO, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.627/2002

Dispõe sobre a atualização dos valores constantes das tabelas I e XV da Lei Complementar n.º 1.292/97, alterada pela Lei Complementar n.º 1.545/01, nas Tabelas I e II, para efeito de lançamento dos Impostos Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do Município de Louveira, no exercício de 2003.

Autoria: Chefe do Executivo.

Artigo 1.º - Ficam reajustados os valores constantes das tabelas I e XV da Planta de Valores Imobiliários do Município de Louveira aprovada pela Lei Complementar n.º 1.292, de 04 de novembro de 1997, e alterada pela Lei Complementar n.º 1.545, de 27 de dezembro de 2001, nas Tabelas I e II, para lançamento dos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana no exercício de 2003.

Artigo 2.º - A apuração do valor venal dos imóveis, para efeito de lançamento dos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, far-se-á de conformidade com as normas e métodos fixados na Lei Complementar n.º 1.292, 04 de novembro de 1997.

Parágrafo Único - Fazem parte integrante desta Lei Complementar as tabelas I e II, em anexo, com seus valores devidamente atualizados para lançamento do IPTU no exercício de 2003.

Artigo 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA
Em 26 de dezembro de 2002.

JOSÉ CARLOS KARMANGHIA MARTINS DE TOLEDO
- Prefeito Municipal -

Prefeitura Municipal de Louveira
Estado de São Paulo

Lei Complementar n.º 1.627/2002 - 2 -

dezembro de 2002.

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 26 de

LENY KELLI MARTINS DE TOLEDO ROVERI
- Secretária de Administração -

2

Prefeitura Municipal de Louveira
Estado de São Paulo

Lei Complementar n.º 1.627/2002 - 3 -

TABELA I - RELAÇÃO DE ZONEAMENTO

Valor do metro quadrado de terreno para 2003

CÓDIGO	ZONEAMENTO	VALOR - R\$
1	Centro	40,00
2	Rua 21 de Março (Centro)	40,00
3	Vila Pasti (R. Bento Martins Cruz)	31,00
4	Vila Bossi - Casa Grande 1, 2 e 3	30,00
5	Vila Pasti (Bairro)	25,00
6	Romildo Prado (Vila Pasti)	9,00
7	Jardim Niero	31,00
8	Ponte Preta	8,00
10	Neves	16,00
11	Campos	30,00
12	Zanela	10,00
13	Finamore	10,00
15	Parque Sabiá	21,00
16	Jardim 21 de Março	17,00
17	Jardim Niero e Videira	24,00
19	Ponte Preta (Estrada Rainha)	10,00
20	Bellini (Rainha)	10,00
22	Bandeirantes	30,00
23	Guembe	12,00
26	Bertie	30,00
27	Ipiranga - Atílio Biscuola	8,00
29	Santo Antônio - Jardim São Francisco	17,00
30	Santo Antônio - Paulo Prado	40,00
31	Ipiranga	8,00
32	Burck - (Av. José N. Estábile)	24,00
33	Santo Antônio - Irmãos Chiquetto	24,00
34	Jardim Belo Horizonte	17,00
39	Sabó - Trenton Carmona	8,00
40	Santo Antônio	40,00
41	Santo Antônio - Lago Azul 2 e 3	30,00
42	Santo Antônio - Lago Azul 1	25,00
43	Santo Antônio - Serra Azul	30,00
44	Santo Antônio - Jardim Esmeralda	23,00
45	Santo Antônio - Atrás do Burck	17,00
46	Burck (Bairro)	17,00
47	Vassoral	10,00
48	Polozzi	10,00
49	Birigui	10,00
50	Estiva - Caldana - Frango Assado - Lago Azul	14,00
51	Abadia	8,00

7 *100*

Prefeitura Municipal de Louveira
Estado de São Paulo

Lei Complementar n.º 1.627/2002 - 4 -

53	Arataba 1 e 2	8,00
54	Monterrey	4,00
56	Rua Luiz Gonzaga (Vila Pasti)	25,00
57	Terra da Uva	10,00
58	Popular 1	17,00
59	Popular 2	15,00
60	Vilaggio Capriccio	38,00
61	Residencial Jardim Primavera	38,00
62	Delle Stelle	38,00

kan

2

ANEXO C

Prefeitura Municipal de Louveira

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 2884, DE 26 DE JANEIRO DE 2005.

Fixa os valores constantes das tabelas I e XV da Lei Complementar nº 1.292/97, com alterações posteriores, para efeito de lançamento dos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do Município de Louveira, no exercício de 2005.

ELEUTÉRIO BRUNO MALERBA FILHO, Prefeito do Município de Louveira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que a receita orçamentária municipal apresentará significativo crescimento com o aumento do Índice Percentual de ICMS de 0,33494598, em 2004, para 0,38474508, em 2005;

Considerando que a Administração Municipal entende ser justo manter para lançamento do IPTU/2005 os mesmos valores venais dos imóveis aplicados para os lançamentos do exercício de 2004, não indexando a inflação dos últimos doze meses,

Decreta:

Art. 1º Ficam mantidos os valores constantes das tabelas I e XV da Planta de Valores Imobiliários do Município de Louveira aprovada pela Lei Complementar nº 1.292, de 04 de novembro de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 1.545, de 27 de dezembro de 2001, pela Lei Complementar nº 1.627, de 26 de dezembro de 2002, pela Lei Complementar nº 1.638, de 25 de março de 2003, pela Lei Complementar nº 1.673, de 19 de novembro de 2003, e pelo Decreto nº 2.669, de 01 de dezembro de 2003, para lançamento dos Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana no exercício de 2005.

Parágrafo único. Fazem parte integrante deste Decreto as tabelas I e XV, anexas.

Art. 2º A apuração do valor venal dos imóveis, para efeito de lançamento do IPTU no exercício de 2005, far-se-á de conformidade com as normas e métodos fixados na Lei Complementar nº 1.292, de 04 de novembro de 1997.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Louveira, 26 de janeiro de 2005.

CÓPIA

Prefeitura Municipal de Louveira

Estado de São Paulo

ELEUTÉRIO BRUNO MALERBA FILHO

- Prefeito Municipal -

janeiro de 2005.

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 26 de

ALEXANDRE RICARDO TASCA

- Secretário de Administração -

CÓPIA

Prefeitura Municipal de Louveira

Estado de São Paulo

TABELA I – RELAÇÃO DE ZONEAMENTO

Valor do metro quadrado de terreno para o exercício de 2005

SETOR/CÓDIGO	ZONEAMENTO	VALOR - R\$
1	Centro	42,79
2	Rua 21 de Março (Centro)	42,79
3	Vila Pasti (R. Bento Martins Cruz)	33,16
4	Vila Bossi – Casa Grande 1, 2 e 3	32,09
5	Vila Pasti (Bairro)	26,74
6	Romildo Prado (Vila Pasti)	9,62
7	Jardim Niero	33,16
8	Ponte Preta	8,55
10	Neves	17,11
11	Campos	32,09
12	Zanela	10,69
13	Finamore	10,69
15	Parque Sabiá	22,46
16	Jardim 21 de Março	18,18
17	Jardim Niero e Videira	25,67
19	Ponte Preta (Estrada Rainha)	10,69
20	Bellini (Rainha)	10,69
22	Bandeirantes	32,09
23	Guembe	10,69
26	Bertié	8,00
27	Ipiranga – Atilio Biscuola	8,55
29	Santo Antônio – Jardim São Francisco	18,18
30	Santo Antônio – Paulo Prado	42,79
31	Ipiranga	8,55
32	Burck – (Av. José N. Estábil)	25,67
33	Santo Antônio – Irmãos Chiquetto	25,67
34	Jardim Belo Horizonte	18,18
39	Sabó – Trenton Carmona	8,55
40	Santo Antônio	42,79
41	Santo Antônio – Lago Azul 2 e 3	32,09
42	Santo Antônio – Lago Azul 1	26,74
43	Santo Antônio – Serra Azul	32,09
44	Santo Antônio – Jardim Esmeralda	24,60
45	Santo Antônio – Atrás do Burck	18,18
46	Burck (Bairro)	18,18
47	Vassoral	10,69
48	Polozzi	10,69
49	Birigui	10,69
50	Estiva – Caldana – Frango Assado – Lago Azul	14,97

CÓPIA

Prefeitura Municipal de Louveira

Estado de São Paulo

51	Abadia	8,55
53	Arataba 1 e 2	4,27
54	Monterrey	4,27
56	Rua Luiz Gonzaga (Vila Pasti)	26,74
57	Terra da Uva	10,69
58	Popular 1	18,18
59	Popular 2	16,04
60	Vilaggio Capriccio	30,00
61	Residencial Jardim Primavera	25,00
62	Delle Stelle	27,00
63	Porto do Sol	20,00
64	Reserva dos Vinhedos	25,00
65	Terra Nobre	18,00
66	Vilaggio Dei Fiori	30,00

CÓPIA

ANEXO D

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA APROVA E EU, DR. ELEUTÉRIO BRUNO MALLERBA FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE LOUVEIRA, ESTADO DE SÃO PAULO, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI.

LEI Nº 752/84

Estabelece Normas para Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município.

TÍTULO I

DOS OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

CÓPIA

Artigo 1º:- Esta Lei dispõe sobre a divisão do Território do Município em Zonas de Uso e regula o parcelamento e ocupação do solo, tendo em vista os seguintes objetivos maiores:

- 01 - assegurar a reserva dos espaços necessários e localizações adequadas, destinados ao desenvolvimento das diferentes atividades urbanas;
- 02 - assegurar a concentração equilibrada de atividade e de / pessoas no Território do Município, mediante controle do uso e do aproveitamento do solo;
- 03 - Estimular e orientar o desenvolvimento urbano;
- 04 - preservar os recursos naturais e dos mananciais do Município e garantir seu uso adequado pela população;
- 05 - Proteger, preservar e recuperar o meio ambiente;
- 06 - proteger, preservar e recuperar o patrimônio histórico, / artístico, arqueológico e paisagístico;
- 07 - incentivar a participação individual e comunitária no processo de desenvolvimento urbano.

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

2ª Fls.....

LEI Nº 752/84

Artigo 2º:- Para os efeitos desta Lei, as seguintes expressões ficam assim definidas:

01 - GLEBA - é a área de terra que ainda não foi objeto de arruamento ou loteamento;

02 - ARRUAMENTO - é o parcelamento de glebas em quadras mediante a abertura de vias de circulação;

03 - QUADRA - é a porção de terreno delimitada por vias oficiais de circulação de veículos podendo ainda, quando proveniente de arruamento aprovado, ter como limites as divisas desse mesmo arruamento;

04 - LOTEAMENTO - considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

05 - LOTE - é a parcela de terreno contida em uma quadra com pelo menos uma divisa lindeira à via oficial de circulação de veículos ou via de circulação até esta;

06 - DESMEMBRAMENTO - é a sub-divisão da gleba em lotes destinados à edificação com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação, ou ampliação dos já existentes;

07 - DESDOBRO DO LOTE - é a divisão de parte de sua área para / formação de novo ou de novos lotes, desde que sejam obedecidas as áreas mínimas exigidas por Lei;

08 - REMANEJAMENTO - é a sub-divisão de um ou mais lotes em duas ou mais parcelas para incorporação ao (s) lote (s) adjacente (s), / quando houver interesse público reconhecido ou solução técnica, respeitando-se a área mínima do zoneamento estabelecido nesta Lei;

09 - FUSÃO - é a união de dois ou mais lotes para a constituição de um só;

CÓPIA

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

3ª Fls.....

LEI Nº 752/84

10 - ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO - são áreas livres, normalmente transferidas à Prefeitura quando da aprovação dos projetos de loteamento e seu registro, passando a integrar o domínio do Município;

11 - ÁREAS INSTITUCIONAIS - são parcelas de terreno reservadas à edificação de equipamentos comunitários de educação e cultura, saúde, lazer e similares;

12 - VIA DE CIRCULAÇÃO - é o espaço destinado à circulação de / veículos ou pedestres, sendo que:

a) via particular - é a via de propriedade privada, ainda que aberta ao uso público;

b) via oficial - é a via de uso público, aceita, declarada, ou reconhecida como oficial pela Prefeitura, desde que respeita das as medidas especificadas em Lei;

c) logradouro público - são quaisquer bens de uso comum do povo e, à critério da Prefeitura Municipal, as servidões públicas e as áreas sujeitas à restrições administrativas;

d) rua de pedestres - é o logradouro que tem tratamento de piso único e contínuo, destinado exclusivamente ao uso de pedestres, sem que sua área seja subdividida em passeios e leito carroçável por meios de guias e sarjetas.

13 - FAIXA DE DOMÍNIO - é a extensão de terra que compõe uma / via, formada pela faixa carroçável, pelas faixas destinadas à circulação de pedestres e pelos remanescentes da área de domínio público considerada como via pública;

14 - FAIXA CARROÇÁVEL - é a faixa destinada ao tráfego de veículos nas vias públicas;

15 - EIXO DA VIA - é a linha que passando pelo seu centro, guarda equidistância dos alinhamentos;

16 - ALINHAMENTO - é a linha divisória entre o terreno de propriedade particular e o logradouro público;

CÓPIA

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

4ª Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

17 - ACESSO - é o dispositivo viário que permite a interligação para veículos e pedestres entre:

- a) logradouro público e propriedade privada;
- b) propriedade privada e área de uso comum em condomínio;
- c) logradouro público e espaços de uso comum em condomínio;

18 - FRENTE, FUNDO E PROFUNDIDADE DO LOTE -

- a) Frente do lote - testada - é a sua divisa lindeira à via oficial de circulação de veículos e pedestres;
- b) Fundo do lote - é a divisa oposta à frente testada, considerada principal;

N. 1 - no caso de lotes de esquina, o fundo do lote é o encontro de suas divisas laterais;

N. 2 - no caso de lotes irregulares ou de mais de uma frente o / fundo será definido de acordo com as características dos mesmos;

c) Profundidade do lote - é a distância medida entre o alinhamento do lote e uma paralela a este que passa pelo ponto mais extremo do lote em relação ao alinhamento;

19 - RECUO - é a distância medida entre o limite externo da edificação e a divisa do lote. O recuo de frente é medido com relação ao alinhamento ou, quando se tratar de lote lindeiro a mais de um logradouro público, a todos os alinhamentos;

20 - TAXA DE OCUPAÇÃO - é o fator pelo qual a área do lote deve ser multiplicada para se obter a área de projeção ortogonal da edificação;

21 - COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO - é o fator pelo qual a área do lote deve ser multiplicada para se obter a área total da edificação nesse mesmo lote;

22 - ÁREA CONSTRUÍDA - é a soma das áreas cobertas em todos os / pavimentos de uma edificação, sendo que não são consideradas projeções de marquises e beirais;

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

5ª Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

23 - ÁREA ÚTIL - é a soma das áreas dos pisos utilizáveis cobertos, de todos os pavimentos de uma edificação, descontadas as áreas ocupadas por paredes e pilares;

24 - EDÍCULA OU EDIFICAÇÃO SECUNDÁRIA - é a construção isolada da edificação principal, dela afastada pelo menos 1,50 metros, acessória ao uso principal, não podendo constituir residência independente;

25 - USO DO IMÓVEL - é a atividade exercida no edifício, em qualquer parte dele, ou no terreno;

26 - USO PREDOMINANTE - é o que define a categoria de uso do imóvel;

27 - USO PERMITIDO - é o totalmente aceito na zona, sem restrição de qualquer espécie;

28 - USO TOLERADO - é aquele que não constitua infração à presente Lei e não desprestigie a zona, está desconforme com o uso predominante, podendo permanecer apenas precariamente, à critério da Administração Municipal e sob a exclusiva responsabilidade do proprietário do imóvel;

29 - USO PERMISSÍVEL - é aquele cujo grau de compatibilidade com o uso permitido na zona apresenta diferenças não significativas. Sua aceitação dependerá, além das especificações exigidas para cada caso, de aprovação do projeto de arquitetura detalhada e projeto das instalações pelo órgão municipal competente;

30 - USO PROIBIDO - é o totalmente incompatível com a zona, não podendo nela ser aceito por conflitar inteiramente com o uso predominante;

31 - USO CONFORME - é aquele que se adequa à destinação da Zona;

32 - USO NÃO CONFORME - é aquele uso existente até a data da promulgação desta Lei que, pelas novas determinações do uso, passou a enquadrá-lo como não permitido devendo extinguir-se sempre que não se ofenda o direito adquirido ou, em casos excepcionais, mediante outorga

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

6ª Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

33 - USO MISTO - é o que implica na utilização do mesmo lote ou edificação por mais de uma categoria;

34 - EQUIPAMENTO URBANO - são os bens destinados à prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e pluvial, / limpeza pública, energia elétrica, telecomunicações, serviço postal, transporte e sistema viário, gás canalizado, segurança pública e outros, necessários ao funcionamento do Município;

35 - EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO - são os bens destinados à educação e cultura, saúde, recreação e esportes, abastecimento, cultos e outros necessários à vida urbana;

36 - LOTEAMENTO DE PARTE IDEAL E CONDOMÍNIO - para efeito desta / Lei, considera-se o significado dessas expressões as definidas em Lei própria.

Artigo 3º:- Para os efeitos desta Lei, são estabelecidas, com as respectivas siglas identificadoras, as categorias de uso especificadas no desenho do Município anexo à esta Lei, da qual passará a ser parte integrante.

TITULO II

DO PARCELAMENTO DO SOLO

CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 4º:- O parcelamento do solo para fins urbanos, na zona urbana, caracterizado por plano de arruamento ou loteamento, ou por desmembramento de terreno, ou por desdobro do lote, está sujeito à prévia aprovação da Prefeitura, às disposições desta Lei, da Lei Estadual e da Lei Federal pertinentes.

§ 1º:- Na zona rural, o parcelamento do solo somente será permitido mediante regulamentação própria e autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - (INCRA).

§ 2º:- Nenhum parcelamento do solo será permitido:

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

7ª Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

- a) em terrenos alagadiços e sujeitos à inundações, antes de tomadas, pelo requerente, as providências para assegurar-lhes o escoamento das águas, obras que poderão ser projetadas juntamente com as vias de circulação a serem abertas;
- b) em terrenos que tenham sido aterrados com materiais / nocivos à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;
- c) em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências / específicas das autoridades competentes;
- d) em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;
- e) em áreas de preservação ecológica, marginais dos córregos Fetá, do Passarinho e Paraíso, numa distância / de 25 (vinte e cinco) metros do seu eixo para cada lado, desde as suas nascentes até o seu despejo no Rio Capivari;
- f) em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, enquanto não corrigidas, à critério dos órgãos competentes;

§ 3º:- Ao longo das águas correntes e dormentes, e das faixas / de domínio público das rodovias, ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa "non aedificandi" de 15 (quinze) metros de cada lado salvo outras exigências de legislação específica.

§ 4º:- A via de ligação entre o Bairro Capivari e o Parque da Uva (Estrada SP 63 - Louveira/Itatiba) terá largura de 20 (vinte) metros, e deverá obedecer à projeto específico.

§ 5º:- As vias de loteamento deverão articular-se com as vias / adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

8ª Fls.....

LEI Nº 752/84

CAPITULO II

SEÇÃO I - DA URBANIZAÇÃO

SUBSEÇÃO "A" - DISPOSIÇÕES GERAIS

CÓPIA

Artigo 5º:- Para os fins desta Lei, consideram-se atividades de urbanização:

- 1 - A transformação de área rural em urbana;
- 2 - O parcelamento ou fusão do solo para fins urbanos;
- 3 - A implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- 4 - A construção destinada à fins urbanos;

§ 1º:- As atividades de urbanização a que se referem os itens 2 (dois) e 3 (três) deste artigo, serão aprovadas mediante autorização e a mencionada no item 4 (quatro) mediante licença.

§ 2º:- A autorização e a licença referidas no parágrafo anterior serão expedidas pelo Município, ressalvada a aprovação dos órgãos federais e estaduais competentes, quando for o caso.

§ 3º:- Aplicar-se-à o disposto nos parágrafos 1º (primeiro) e 2º (segundo) deste artigo às atividades industriais, comerciais, de serviço e de lazer, mesmo quando localizadas em zona rural.

§ 4º:- Qualquer atividade de urbanização executada sem autorização ou licença, fica sujeita a embargo e demais sanções legais.

Artigo 6º:- O território do Município compreenderá área urbana, de expansão urbana e rural, rural manancial, industrial e institucionais, delimitadas em cópia anexa.

§ 1º:- As áreas urbanas e de expansão urbana serão delimitadas / por Lei Municipal especial.

Artigo 7º:- Os loteamentos urbanos, para fins urbanos, ou parcelamento de glebas em chácaras, sítios ou semelhantes, sujeitam-se a / esta Lei, sem prejuízo da observância da Legislação Federal e Estadual pertinentes, mesmo quando situados na zona rural.

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

9ª Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

§ 1º:- Nas áreas enquadradas em plano de arruamento ou loteamento de chácaras de recreio, admitem-se a formação de condomínios imobiliários fechados, na forma da Lei, que incluam vias de / circulação e outras áreas de uso comum constantes do plano de parcelamento de terreno, atendidas as seguintes disposições:

- a) as áreas verdes e de lazer poderão ser incorporadas ao condomínio como de uso comum;
- b) na eventualidade da extinção do condomínio, as vias de circulação e as áreas verdes, institucionais, de uso comum dos condôminos serão transferidas ao domínio público, atendidas as exigências da legislação em vigor.

§ 2º:- Para garantia da execução das obras e serviços / relativos aos equipamentos urbanos e de infra-estrutura será obrigatório por parte do proprietário loteador o oferecimento de lotes ou áreas no valor do custo dos citados equipamentos urbanos e obras de infra-estrutura, em garantia caucionária, a ser aceita pela Prefeitura, cuja garantia deverá ser feita por escritura pública e devidamente registrada no Cartório de Imóvel, perdendo-a para a Municipalidade de no caso do não cumprimento de suas obrigações como loteador.

Artigo 8º:- Os loteamentos poderão obedecer a um dos tipos à seguir discriminados, além das demais disposições desta Lei:

- I - Lotes com área mínima de 250 m2 (duzentos e cinquenta metros quadrados), serão permitidos em qualquer zona de uso;
- II - Loteamento popular, deve obedecer a legislação referente a arruamentos e loteamentos de interesse social, sendo somente permitido nas imediações da Zona Industrial Bairro Santo Antonio e imediações do Jardim 21 de Março;
- III - Considerar-se-à o parcelamento do solo destinado à formação de chácaras de recreio e que ofereça pelo menos um dos seguintes atrativos:

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

10 Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

- 01 - Elementos naturais de interesse esportivo ou recreativo;
- 02 - Situação especial de clima ou de água natural favoráveis à saúde e ao repouso;
- 03 - Elementos artificiais construídos especialmente para o / fim esportivo, recreativo, ou a saúde e ao repouso;
- 04 - Localizado em região com absoluta vocação para tal.

Artigo 9º:- O loteamento do tipo destinado à / formação de chácaras de recreio, poderá ser caracterizado como loteamento aberto, obedecendo-se a legislação, ou fechado em condomínio , também designado loteamento com parte ideal, devendo este ser restrito somente ao tipo loteamento em condomínio e, neste caso, atender / ainda às seguintes disposições:

- I - A administração das áreas comum deverá ser submetida a regime de condomínio, com explícita definição de todos os encargos e responsabilidade em especial a criação e manutenção da infra-estrutura urbana;
- II - As áreas correspondentes ao sistema viário e equipamentos comunitários serão considerados indivisíveis e como bens / de uso exclusivo do condomínio;
- III - No caso de dissolução do condomínio, com abertura ao uso / público das áreas referidas no item anterior, as mesmas / passarão a integrar o patrimônio público municipal, conjuntamente com a infra-estrutura urbana instalada, atendidas as exigências da legislação em vigor;
- IV - Os limites do condomínio, caracterizados pelas suas divisas, deverão ser fechados com materiais que não permitam a passagem de pessoas ou veículos, tendo sómente um acesso , provido de portaria.

PARÁGRAFO ÚNICO:- As obras de melhoramentos a serem executadas são todas as constantes em Lei especial da Legislação pertinente.

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

11 Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

Artigo 10:- O plano de arruamento destinado à recreio, deverá atender as seguintes condições:

- 01 - Ter ligação à estradas, municipal, estadual, ou via pública;
- 02 - Obedecer aos traçados da Prefeitura com relação as reservas de área para construção de escolas, postos de saúde e outras agências de bem-estar, e áreas para logradouros públicos, de acordo com o plano de urbanização da região;
- 03 - Obedecer a um traçado de ruas que permita escoamento de águas pluviais, de modo a evitar erosões, construindo-se as obras necessárias para tanto;
- 04 - Obedecer os traçados da Prefeitura que visem salvaguardar áreas de florestas naturais.

Artigo 11:- A metragem do loteamento destinado à chácaras de recreio, além dos requisitos desta Lei, obedecerá a Legislação Federal pertinente, ou ao estabelecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

§ 1º:- A taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento dos lotes não poderá exceder a 1/3 (um terço), não sendo permitidas edificações com mais de dois pavimentos, excluídos os porões, no caso em que a topografia exigir a sua construção.

§ 2º:- Os recuos de todas as divisas do lote devem ser de 10 (dez) metros, no mínimo.

§ 3º:- Cada chácara deverá possuir somente uma edificação unifamiliar.

Artigo 12:- Tanto no parcelamento de lotes urbanos / onde não tenha rede de esgotos públicos ou nos loteamentos de chácaras de recreio que estiverem nas regiões dos mananciais, ou não, o loteador deverá propor qual vai ser o destino das águas servidas (esgoto), devendo essa proposta estar em consonância com as posturas Estaduais, Federais e órgãos como CETESB, ENGENHARIA SANITÁRIA E ABNT, cabendo ao Prefeito, ouvido o Departamento de Obras, aceitar tais soluções, tendo em vis

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

12 Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

Artigo 13:- Nas regiões dos mananciais, mesmo que sendo ZR, Zona Rural, a Prefeitura deverá solicitar à Casa da Lavoura, e aos proprietários o controle do uso de defensivos agrícolas / de qualquer natureza, que possam contaminar os mananciais que abastecem a cidade e se os serviços estiverem sob responsabilidade de / profissional habilitado, o CREA poderá ser acionado para sindicâncias.

Artigo 14:- A qualquer tempo a Prefeitura poderá celebrar com particulares e interessados soluções nas regiões de mananciais (ZRM) que visem a melhoria da qualidade de água, de sua / captação, na construção de emissários de esgotos ou adutoras que / possam atender aqueles objetivos.

SEÇÃO II - DOS REQUISITOS TÉCNICOS

SUBSEÇÃO "A" - PEDIDOS DE DIRETRIZES

Artigo 15:- A elaboração do plano de arruamento / ou loteamento de qualquer tipo descrito no artigo 8º (oitavo) desta Lei, será precedida pela fixação das diretrizes, por parte da Prefeitura, a pedido do interessado, que instruirá o requerimento com os seguintes documentos:

- I - Requerimento assinado pelo interessado que informará / qual o tipo de loteamento que pretende executar, dentro dos previstos do artigo 8º (oitavo);
- II - 2 (duas) vias de cópias de mapas planialtimétricos cadastral da área, em escala adequada, com curvas de nível de metro em metro, indicando com exatidão os limites das áreas com relação aos terrenos vizinhos, cursos d'água e suas denominações, indicações do arruamento contíguos a todo o perímetro, vias oficiais, localização das linhas de comunicação alta tensão e extra alta tensão;

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

13 Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

- III - 2 (duas) vias de cópias de planta de situação da área na escala 1:10.000, que permita seu perfeito reconhecimento e localização em relação à estrutura urbana existente;
- IV - 1 (uma) cópia reprográfica dos documentos dominiais da gleba em questão, devidamente autenticada e certidão negativa de alienação ou ônus da mesma;
- V - Além dos requisitos exigidos nos incisos anteriores deverá o interessado atender ao disposto nos artigos 6º, 7º, 8º e 9º da Lei Federal nº 6.766/79 de 19 de Dezembro de 1.979.

SUBSEÇÃO "B" - DA LICENÇA PARA LOTEAMENTOS

Artigo 16:- O plano de loteamento ou arruamento de qualquer tipo descrito no artigo 8º (oitavo) desta Lei, só será / submetido à aprovação final da Prefeitura, após a aprovação do anteprojeto, que deverá ser apresentado à análise da Diretoria de Obras, obedecendo as diretrizes pré-estabelecidas no artigo 15 (quinze) e a regulamentação própria disposta nas seções I e II deste capítulo, / Leis Federal e Estadual pertinentes.

§1º:- O pedido de aprovação final do plano será encaminhado / pelo interessado à Prefeitura Municipal, contendo os seguintes documentos:

- I - aprovação do ante-projeto;
- II - comprovante de recolhimento da ART/CREA;
- III - comprovante de que o profissional responsável pela execução do plano está inscrito no órgão técnico da Prefeitura local, provando sua habilitação profissional;
- IV - autorização de supressão da vegetação, em sendo o caso, / expedida pela Secretaria da Agricultura e do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal);
- V - comprovante da aprovação do plano de arruamento ou lotea-

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

14 Fls.....

CÓPIA

VI - projeto geral de arruamento na escala 1:1.000, em 6 (seis) vias, incluindo curvas de nível do terreno de metro em metro, vias de circulação, quadras, zonas de uso, áreas verdes e áreas institucionais. O sistema de vias, com a respectiva hierarquização, deverá conter:

- a)- as dimensões lineares e angulares do projeto com raios, / cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;
- b)- a indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;
- c)- quadro da área total dos lotes, do sistema viário, das áreas verdes e institucionais, com respectivos percentuais em relação à gleba total, e número total de lotes;
- d)- numeração dos lotes;
- e)- área de cada lote;
- f)- as cotas de todas as linhas divisórias;
- g)- onde necessário, nos fundos dos lotes dada a topografia da área objeto do plano de arruamento ou loteamento, reservas de faixas "non aedificandi", com largura mínima de 2,00 metros destinadas à passagem de dutos de um lote para outro e gravadas com servidão de passagem.

VII - Perfis longitudinais e secções transversais de todas as / vias de circulação e áreas públicas, em escala horizontal de 1:1000 e vertical de 1:100, em 6 (seis) vias, em cópias de originais desenhados sobre papel milimetrado;

VIII - Memoriais descritivos e justificativos em 6 (seis) vias correspondentes a cada elemento do projeto, contendo:

- a)- a descrição sucinta do loteamento, com as características / individuais de todos os seus componentes, tais como, dimensão, áreas confrontantes, e o que mais interessante for;
- b)- as condições urbanísticas do loteamento, as limitações que incidem sobre os lotes, além daquelas constantes das dire -

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

15 Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

- c)- a indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do Município no ato do registro do loteamento;
 - d)- a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços de utilidade pública porventura existentes no loteamento e adjacências.
- IX - 1 (uma) via de original transparente copiativo do plano / geral de arruamento e loteamento, em escala de 1:1000, assinada pelo proprietário ou quem legalmente o represente e pelo profissional devidamente registrado na Prefeitura local;
- X - Certidão negativa dos impostos que incidam sobre a área, nos últimos 5 (cinco) anos;
- XI - Projeto completo e detalhado dos melhoramentos a serem executados, aprovados pelos órgãos competentes;
- XII - Certidão vintenária da propriedade e negativa de ônus da área.

TITULO III

DO ZONEAMENTO

CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 17:- Zoneamento, para fins desta Lei, / constitui-se na divisão da área do Município em Zonas, segundo sua / destinação urbana e seus usos precípuos.

Artigo 18:- Os loteamentos e arruamentos, em / qualquer nível ou escala, as edificações, obras e serviços públicos ou particulares, de iniciativa ou a cargo de quaisquer empresas ou entidades, mesmo as de direito público, ficam sujeitos aos critérios e diretrizes estabelecidos nesta Lei, dependendo as construções, de pré via licença da Administração Municipal.

Artigo 19:- Para atender à presente legislação ,

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

16 Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

fica o Município dividido em Zonas distintas e integradas entre si, ficando instituídas, então, as seguintes nomenclaturas, representadas por suas respectivas siglas, à saber:

- Z.U. - ZONA URBANA
- Z.I.U. - ZONA DE INTERESSE URBANO
- Z.I. - ZONA INDUSTRIAL OU AGRO-INDUSTRIAL
- Z.R.M. - ZONA RURAL MANANCIAL
- Z.R. - ZONA RURAL
- Z.M. - ZONA MISTA
- Z.C. - ZONA COMERCIAL
- Z. INST. - ZONAS INSTITUCIONAIS

Artigo 20:- O zoneamento marcado em planta anexa, que / faz parte integrante desta Lei, tem suas delimitações de forma genérica, devendo, cada caso, se porventura houver, ser estudado pela Diretoria de Obras da Prefeitura, colocando-se sempre o interesse do Município em primeiro lugar.

Artigo 21:- Dentro do perímetro urbano do centro do Bairro Isolado Santo Antonio, e do Loteamento Monterrey definidos em / Leis próprias, o uso e os critérios de aproveitamento e taxas de ocupação, conforme as expressões do artigo 3º (terceiro) ficam assim definidos:

- 1 - o zoneamento do perímetro urbano será objeto de estudo para cada caso, pela Prefeitura Municipal, ouvindo-se a Diretoria de Obras, sempre tendo em vista a realidade local, a vocação da via e região, e interesse do Município;
- 2 - os índices de aproveitamento e taxas de ocupação serão:
 - a)- Nas Zonas Residenciais a ocupação do lote com a edificação principal, será, no máximo, de 50% (cinquenta - por cento) de sua área total;
 - b)- Nas Zonas Comercial e Industrial a ocupação do lote -

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

17 Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

- 3 - os recuos serão aqueles exigidos pela Lei Estadual pertinente;
- 4 - as construções com atividades comerciais, quando em vias já consagradas por esse uso, poderão ser construídas no a alinhamento da via pública.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 22:- Fica criado o Conselho Municipal / de Zoneamento, integrado por membros dos diversos setores da vida municipal, devendo o Chefe do Executivo estabelecer suas finalidades e regulamento.

Artigo 23:- O Chefe do Executivo estabelecerá / através de Leis, aprovadas pela Câmara Municipal, medidas executórias da presente Lei, assim como normas de soluções técnicas e de urbaniza-
ção de interesse público.

Artigo 24:- Respeitadas as situações jurídicas definitivamente construídas, os casos excepcionais, em razão da aplicação da presente Lei, serão resolvidos pelas normas integrativas do direito, ouvidos o Prefeito Municipal e a Diretoria de Obras do Município.

Artigo 25:- A infração a qualquer dispositivo / desta Lei e da legislação subsidiária será punida com a multa de 10 (dez) a 100 (cem) VR (Valor Referência), sem prejuízo das demais sanções civis e penais.

Artigo 26:- Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 43/66 de 27 de maio de 1.966 - (Cria o / Serviço de Estradas de Rodagem do Município de Louveira "SERML" e dá outras providências), Lei nº 127/68 de 10 de maio de 1.968 - (Dispõe sobre a Isenção de Impostos às Construções de Casas Populares e dá -

Prefeitura Municipal de Louveira

ESTADO DE SÃO PAULO

18 Fls.....

LEI Nº 752/84

CÓPIA

outras providências), Lei nº 301/71 de 09 de julho de 1.971 - (Dispõe sobre Pavimentação de Ruas), Lei nº 343/71 de 24 de novembro de 1.971 (Dispõe sobre Requisitos Mínimos para Aprovação de Loteamento e Construção de Casas Populares), Lei nº 473/74 de 02 de dezembro de 1.974 (Disciplina as Condições de Loteamentos em Geral), Lei nº 483/75 de 02 de junho de 1.975 - (Delimita Área Industrial e dá outras providências) e Lei nº 503/75 de 02 de dezembro de 1.975 - (Disciplina as Condições de Loteamentos em Geral).

Artigo 27:- Esta Lei entrará em vigor na data / de sua publicação, respeitados os dispositivos da Legislação Federal e Estadual, pertinente à toda matéria contida nesta Lei.

Louveira, 30 de Maio de 1.984

Dr. Eleutério Bruno Malerba Filho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada no Departamento de Administração em 30 de Maio de 1.984.

José Argentieri

Diretor do Departamento de Administração